

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU





CBTU

**Companhia Brasileira
de Trens Urbanos**

SUMÁRIO

5

MENSAGEM DO PRESIDENTE

7

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

- CBTU – Missão e visão
- Estrutura organizacional
- Ambiente externo e interno
- Modelo de negócio

13

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

- Objetivos estratégicos
- Estrutura de governança
- Canais de comunicação

21

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- Estrutura de Gestão e Controle das Demandas Judiciais

26

RESULTADOS DA GESTÃO

- Resultados alcançados e metas
- Indicadores de desempenho
- Perspectivas e desafios

35

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

- Gestão orçamentária e financeira
- Gestão de pessoas
- Gestão de licitação e contratos
- Gestão da tecnologia da informação
- Sustentabilidade ambiental

48

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MENSAGEM DO PRESIDENTE



José Marques de Lima
Diretor-Presidente

A prestação de contas perante a sociedade brasileira tem um inestimável valor para a transparência pública e a solidez democrática. Nesse contexto, vamos discorrer no Relatório de Gestão Integrado 2021, como foi o desempenho da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU no ano que passou por suas diversas áreas.

A pandemia de Covid-19 ainda esteve presente em 2021, e continuou impactando em nossas esferas administrativas e operacionais. No entanto, no decorrer dos meses, com a diminuição dos casos, juntamente com a vacinação da população, houve retomada das atividades em ambos os campos, a operação voltou ao mesmo número de viagens, e os empregados ao trabalho presencial, desde que seguido o protocolo para Covid-19 criado na empresa. É importante frisar que a CBTU manteve as ações de prevenção para empregados e passageiros, desde a higienização reforçada dos trens até testes rápidos mensais aos empregados.

Dentro deste panorama de crise sanitária, o número de passageiros se manteve em cerca de 73 milhões, precisamente 73.173.856, cerca de 50% do movimento pré-pandemia de 2019. Resta saber como a dinâmica pós-pandemia de retorno de atividades irá elevar este número a níveis anteriores.

Administrativamente passamos por uma grande mudança: a transferência da sede do Rio de Janeiro para Brasília, capital federal. Tendo em vista o processo de fortalecimento institucional, esta foi entendida como uma forma de aproximar a Companhia dos órgãos que está vinculada criando pontes cada vez mais sólidas entre as instituições.

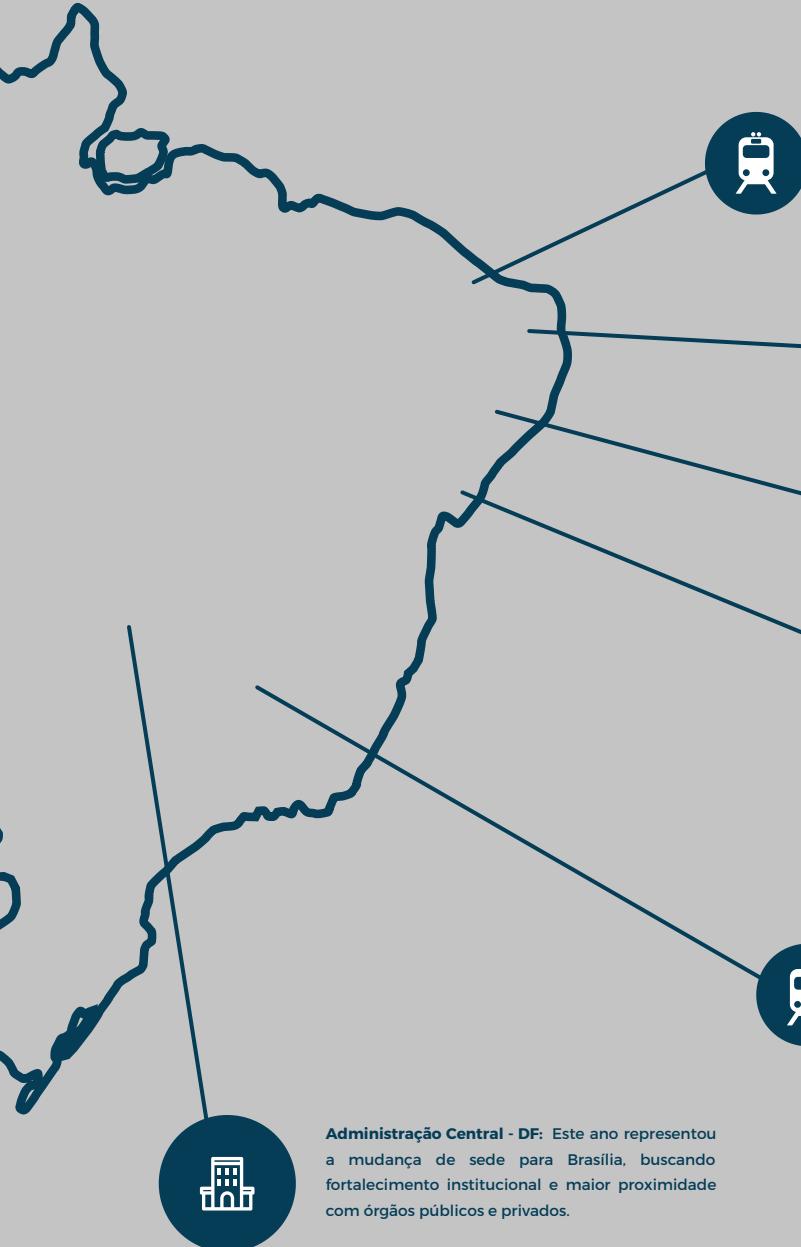
Com um conselho de Administração cada vez mais presente e atuante, buscando eficiência administrativa, houve um reequilíbrio tarifário em nossas cinco superintendências, ressalta-se que este equilíbrio se faz essencial ante ao alto custo de manutenção e operação dos sistemas, impactados pela redução do número de passageiros.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas comum a todos os operadores e diante de uma pandemia que afetou atividades econômicas, pode-se comemorar os importantes investimentos que estão acontecendo pela CBTU, obras de extrema importância para a população, e que agora saem do papel e se transforma em realidade.

As linhas Branca e Roxa em Natal, os desvios ferroviários em João Pessoa e a duplicação da Linha do VLT no Recife são ações que aguardavam anos para acontecer, e que agora estão em andamento e vão em breve, beneficiar aos nossos passageiros.

É com o fortalecimento dos mecanismos de compliance da Companhia, a busca pela padronização de processos em toda a CBTU, e importantes investimentos na modernização e ampliação do sistema que buscamos cada dia mais, com um corpo técnico de alta qualidade, a prestar um serviço para todos os brasileiros que necessitam de nosso transporte.

Boa Leitura!



Natal: As obras da Linha Branca e Roxa continuam em ótimo ritmo. No trecho I da Linha Branca já foi entregue uma estação. Ao todo, serão 28km de via férrea e oito novas estações, garantindo mobilidade para a população da Região Metropolitana de Natal. O público beneficiado está estimado em 11 mil pessoas.

João pessoa: As obras dos quatro desvios ferroviários, junto com um novo sistema de automação, estão em andamento. Com o término do investimento, o tempo de espera irá reduzir de 69 minutos para um pouco mais de 20 minutos, além de dobrar a capacidade de transportar passageiros

Recife: Foi entregue a segunda ponte ferroviária da ação de duplicação da Linha do VLT. Uma obra de alta complexidade de engenharia ferroviária. Quando concluída toda a duplicação, a quantidade de estações vai passar de quatro para seis e o intervalo médio entre os VLTs cairá de 51 minutos para 23 minutos. O número de passageiros nesta linha passará de 2 mil para cerca de 21 mil.

Maceió: A CBTU está negociando junto a Brasken, solução e indenização para o problema de afundamento de solo em bairros da região que está afetando diretamente a operação dos trens.

Belo Horizonte: Foi entregue um novo sistema de rádio digital para operação dos trens. O antigo sistema era de 1984, analógico e foi completamente modernizado, garantindo mais segurança e eficácia para a operação.

Administração Central - DF: Este ano representou a mudança de sede para Brasília, buscando fortalecimento institucional e maior proximidade com órgãos públicos e privados.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

QUEM SOMOS

A CBTU opera os sistemas de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. Seu desempenho revela a capacidade em promover a mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público, adotando diretrizes que consolidem metrôs e veículos leves sobre trilhos - VLTs como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Na vanguarda da modernização do seu sistema de transporte de passageiros sobre trilhos, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos está ciente da sua responsabilidade como protagonista da conformação urbana das regiões metropolitanas em que atua, concatenando ações colaterais para minimizar as externalidades negativas geradas pelos congestionamentos, atrasos, intrusão visual, acidentes, ruídos, emissão de gases de efeito estufa e seus impactos nocivos sobre a saúde da população e sobre o meio ambiente.

Nosso Compromisso
Modernizar, expandir e
implantar sistemas de
transporte de passageiros
sobre trilhos no país.



ESTATUTO SOCIAL

CAP. II - ART. 4º - DO OBJETO SOCIAL

Execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

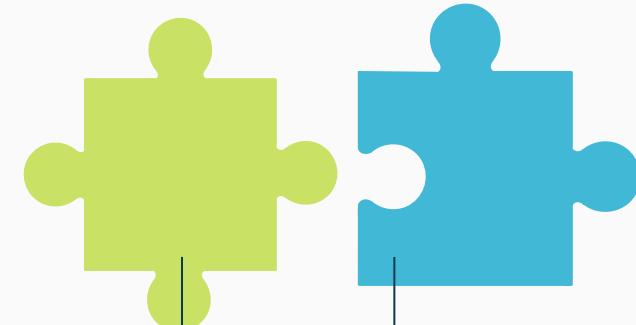
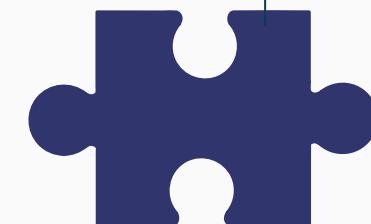
Planejamento, estudo, projetos, construção e implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas Regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

Operação e a exploração comercial dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos;

Exploração econômica da marca, patente, denominação, insígnia, bem como todos os recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bem móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

MISSÃO

“Promover e prover a mobilidade urbana por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das cidades”.



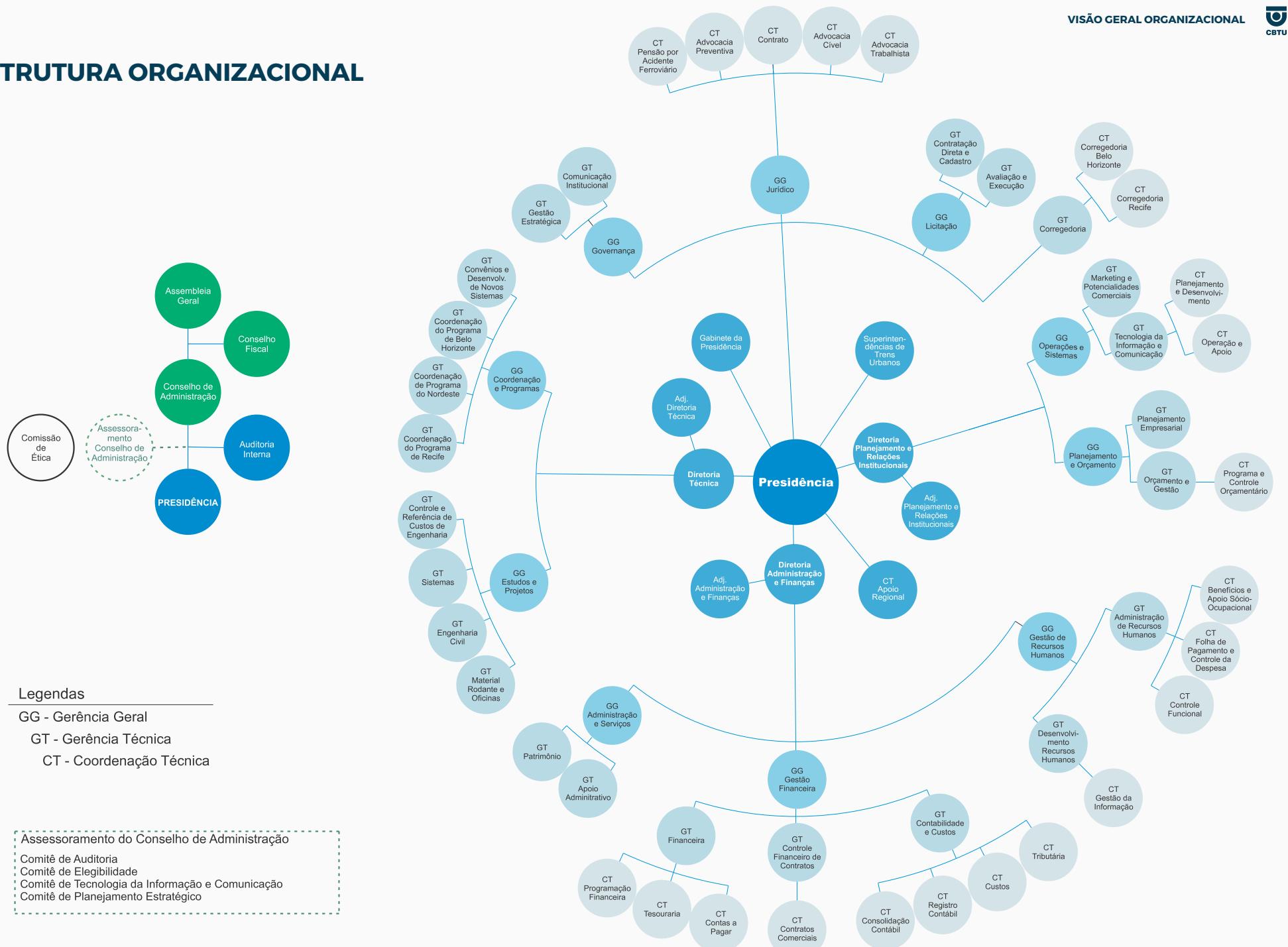
VISÃO

“Tornar-se referência no planejamento, projeto, implantação e operação do transporte urbano de pessoas sobre trilhos, propiciando a ampliação da participação deste modal nas cidades e a expansão da malha metroferroviária nacional”.

VALORES

Comprometimento,
Qualidade, Eficácia,
Planejamento e Probidade

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ANÁLISE DE AMBIENTES

O estudo dos ambientes interno e externo de uma organização através da identificação dos seus pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças às quais ela está exposta, se mostra bastante eficaz na identificação dos fatores que influenciam no seu funcionamento, fornecendo informações bastante úteis no processo de elaboração do seu planejamento.

Foi realizado a análise dos ambientes nos quais a CBTU está inserida, a fim de identificar fatores que possam contribuir ou dificultar no atingimento dos seus objetivos e metas estabelecidos.

O principal resultado da análise dos ambientes da CBTU se concretiza na matriz SWOT, ferramenta-conceito empregada para fazer a análise de um cenário ou de um ambiente, proporcionando uma base para o planejamento, ou para o gerenciamento de uma organização.

MATRIZ SWOT

F O R Ç A S	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de articulação político-institucional Corpo gerencial e técnico especializado Possibilidade dos sistemas de ampliar capacidade de transporte Prestação de serviço rápido, seguro, regular e sustentável Sistemas com capacidade de ampliar a matriz de transportes das regiões onde atuam Projeto de revisão de processos e implantação do ERP Protheus (Totvs) 	O P O R T U N I D A D E	<ul style="list-style-type: none"> Exploração comercial do sistema, visando aumento de receita extraoperacional Crise da mobilidade urbana Novas tecnologias do setor de transporte metroferroviário Possibilidade de utilização de fontes de energia alternativas Aumento de exigências quanto à governança e outros aspectos de gestão na Administração Pública Expansão de parcerias e da exploração comercial e de mídia das estruturas atuais (estações e trens) Interesse de governos estaduais e municipais na implantação ou expansão do modal metroferroviário Possibilidade de devolução de diversos trechos urbanos de ferrovias na renovação das concessões de transportes de cargas Ausência de grandes concorrentes nacionais no mercado de operação de trens de passageiros
F R A Q U E Z A S	<ul style="list-style-type: none"> Geração insuficiente de receitas próprias Idade média do corpo funcional elevada e necessidade de aperfeiçoamento da política de gestão do conhecimento Plano de Carreira insuficientemente motivacional Necessidade de fortalecimento da imagem institucional Não uniformidade de alguns procedimentos administrativos e operacionais Quantidade de processos judiciais Equipamentos de TIC e plataformas informatizadas de gestão insuficientes 	A M E A C A S	<ul style="list-style-type: none"> Limitação nos investimentos no modal metroferroviário Investimentos no modal rodoviário em detrimento ao modal ferroviário Segurança pública precária Aumento de tarifa de energia elétrica e do preço do combustível Concorrência tarifária com outros modais Desequilíbrio na repartição tarifária do sistema integrado metrô-ônibus Efeitos da pandemia do covid-19

MODELO DE NEGÓCIO



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Sistema de Governança da CBTU é a estrutura existente na Companhia que garante a organização, a participação e as diretrizes necessárias à interação de todos os atores, a fim de que sejam obtidos e aprimorados mecanismos adequados à boa governança corporativa, como segregação de funções estratégicas, balanceamento de poder, transparência e responsabilização.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

- Aumentar o número de clientes transportados;
- Aumentar a satisfação dos clientes;
- Promover a captação e o desenvolvimento de estudos e projetos externos à companhia pelo corpo técnico da CBTU;
- Desenvolver projetos e operar sistemas com responsabilidade socioambiental;
- Promover a imagem institucional.

PERSPECTIVA SUSTENTABILIDADE

FINANCEIRA

- Elevar as receitas operacional e extraoperacional;
- Otimizar os custos operacional e administrativo;
- Reduzir ações judiciais.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Promover a eficiência operacional do sistema;
- Padronizar procedimentos operacionais e administrativos;
- Aperfeiçoar a gestão de riscos corporativos e os controles internos associados;
- Implantar banco de dados de custos metroferroviários.

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Promover a gestão de pessoas por competência;
- Promover a gestão do conhecimento;
- Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal;
- Promover e prover soluções de TICs integradas e seguras.

MONITORAMENTO ESTRATÉGICO

Foi previsto para 2020 uma possível contratação de empresa especializada na elaboração do Planejamento Estratégico.

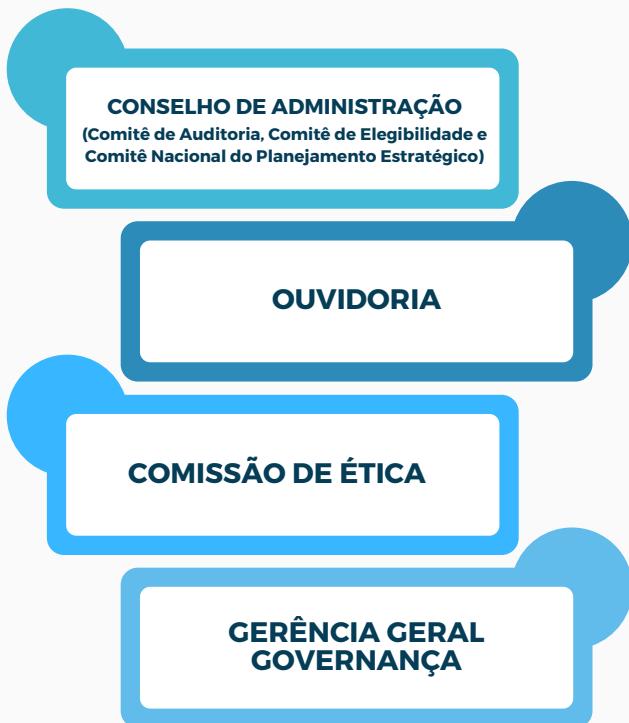
Todavia, com a pandemia e posteriormente a adoção de medidas de restritivas e isolamento social, a realização de um bom trabalho ficou comprometida, dado a importância de reuniões presenciais.

No início de 2021 o país voltou a registrar alta nos casos de Covid-19, mesmo após algumas semanas de estabilização e ao longo do ano, a taxa de contágio diminuía timidamente.

Assim, para garantir o bem estar dos empregados e a continuidade dos serviços prestados, a CBTU manteve as medidas de restrição e prevenção à Covid, por meio de vacinação e planejamento do retorno gradual às atividades presenciais.

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Composição da governança corporativa da CBTU:



A CBTU adota o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União em seu Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (BRASIL, 2014), dividindo-se as estruturas internas, as externas e as de apoio à governança (internas e externas).



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bernardo Souza Barbosa

Presidente do Colegiado - Representante do Ministério da Economia

Manoel Renato Machado Filho

Representante do Ministério da Economia

Daniel de Oliveira Duarte Ferreira

Representante do Ministério da Economia

Welerson Cavalieri

Membro independente

Andrea Maria Ramos Leonel

Membro independente

Cirano Lopes de Oliveira

Representante dos empregados

COMITÊ DE AUDITORIA

Antônio Elias Zoghbi de Castro

Presidente do Comitê

Felipe Antônio Guimarães Gabrich Júnior

Membro

Rene Guimarães Andrich

Membro

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL EM 2021:

Krisjanis Figueiroa Bakuzis

Presidente do Colegiado - representante do Tesouro Nacional

Leonardo da Silva Guimarães Martins da Costa

Suplente - Representante do Tesouro Nacional

Fernando Machado Diniz

Titular - Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional

Marcelo Barreto Martiniano

Suplente - Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional

Alessandry Macedo de Medeiros

Titular - Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional

Karen Cristina Cremer Francisco Sá Teles

Suplente - Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional

DIRETORIA EXECUTIVA

José Marques de Lima

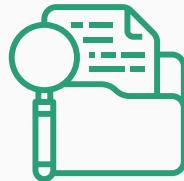
Diretor Presidente

Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado

Diretor de Planejamento e Relações Institucionais



AUDITORIA INTERNA



A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) é vinculada ao Conselho de Administração (CONAD), em conformidade ao Decreto nº 3.595/2002 e com as Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental (MOT).

RESPONSABILIDADES

- Aumentar e proteger o valor organizacional da CBTU, fornecendo avaliação, assessoria e consultoria baseados em risco;
- Aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações consideradas relevantes da Companhia;
- Identificar potenciais riscos de fraude e realizar o adequado e tempestivo encaminhamento das informações às instâncias competentes, quando houver indícios suficientes de fraudes ou de ilegalidades;
- Elaborar e Executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração da CBTU – CONAD e pela Controladoria Geral da União – CGU, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT, a ser encaminhado anualmente à CGU, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na legislação pertinente;
- Monitorar a execução do PAINT e comunicar, periodicamente, ao CONAD sobre o andamento dos trabalhos e as possíveis intercorrências ou situações relevantes ocorridas que possam impactar o resultado dos trabalhos;

- Apoiar o CONAD no desempenho de suas atribuições, assim como, o Conselho Fiscal da CBTU – CONFI e o Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado;
- Apoiar o Comitê de Auditoria da CBTU – COAUD no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- Apoiar os Órgãos de Controle Interno (CGU) e Externo (TCU) do Poder Executivo Federal no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- Apoiar a Assessoria Especial de Controle Interno – AEI, do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, quando solicitado;
- Garantir que os princípios de integridade, objetividade, confidencialidade e competência sejam aplicados e cumpridos;
- Garantir que os empregados membros da UAIG obtenham os conhecimentos, habilidades e outras competências necessárias para atender aos requisitos para realização das tarefas de auditoria;
- Estabelecer e garantir a aderência às políticas e procedimentos desenvolvidos para orientar a atividade de auditoria interna;
- Outras atividades correlatas definidas pelo CONAD



AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento ao art. 1º da Resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Sociedades da União - CGPAR nº 09, de 10 de maio de 2016, a supervisão e fiscalização periódica das atividades da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER é realizada pela contratada EXACTTUS CONSULTORIA ATUARIAL LTDA

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

QUADRO 1 - ACÓRDÃOS ENCAMINHADOS

PROCESSO	ACÓRDÃO	OBJETO	TIPO
TC 002.378/2018-3	ACÓRDÃO 496/2021 - PLENÁRIO	Auditória em processos de aquisição e contratação de trens (material rodante) pela CBTU.	Determinação
TOTAL DE ACÓRDÃOS	1		

Do Acórdão citado, infere-se uma visão geral comparativa das determinações recebidas em 2021, considerando o status de atendimento, conforme o Quadro 2 - Status de atendimento das determinações 2021:

QUADRO 2 - STATUS DE ATENDIMENTO DAS DETERMINAÇÕES 2021

PROCESSO	ATENDIDAS	EM ATENDIMENTO	NÃO ATENDIDAS	NÃO SE APLICA
TC 002.378/2018-3	0	0	0	1
TOTAL	0	0	0	1

OBS: A referida determinação constante no Acórdão 496/2021 - Plenário perdeu seu objeto, uma vez encerrado o contrato celebrado entre a CBTU e a empresa Bom Sinal.

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES DA CGU

No exercício de 2021, houve a emissão pela Controladoria-Geral da União (CGU) de dois novos relatórios de avaliação:

Nº DO RELATÓRIO	OBJETO	UNIDADE AUDITADA
Relatório de Avaliação nº 822162	Verificar os controles internos sobre os ativos patrimoniais da Entidade, concentrando em objetos de auditoria com maior exposição a ameaças que possam afetar o alcance dos objetivos institucionais da CBTU.	Administração Central
Relatório de Avaliação nº 201902484	Analizar a regularidade dos processos de compra n.º13962/2016 (peças - sistema de tração), 2079/2015 (fornecimento e instalação - elevadores elétricos) e 507/2018 (serviço vigilância armada).	Administração Central

Relatórios de avaliação anteriores consolidavam, ao final de 2021, o total de 22 recomendações que estão sendo monitoradas pela Controladoria. Ressalta-se ainda que até final do exercício a manifestação de 14 recomendações estava em análise pela CGU.

Ademais, constam na base de dados da CGU todos os relatórios de auditoria anual de contas.

Quanto à forma de acompanhamento das recomendações, destaca-se a utilização do Sistema e-AUD da CGU. Trata-se de instrumento informatizado utilizado para viabilizar o acompanhamento do atendimento às ações de controle, possibilitando atuação de forma ampla e abrangente, no âmbito dos resultados da ação governamental, além do conhecimento e acompanhamento das melhorias aplicadas e sua repercussão nos resultados das ações. Dessa forma, a atualização do Plano de Providências Permanente pode ser realizada periodicamente via sistema informatizado.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2021.

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

É um guia aos passageiros da CBTU, contendo inúmeras orientações sobre o funcionamento do modal e de sua estrutura geral:

· Horários de funcionamento, telefones úteis, mapas de estações e linhas, itens de acessibilidade, achados e perdidos e muito mais.

Disponível em: <https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/carta-servicos-cidadao-2021.pdf>

OUVIDORIA

O principal canal de Ouvidoria da CBTU é a Plataforma Fala.Br (<https://falabr.cgu.gov.br/>), Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação desenvolvida, mantida e monitorada pela Controladoria-Geral da União. Os demais meios de manifestação são o comparecimento do interessado nas dependências da CBTU, telefone e e-mail.

Mais detalhes:

<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/component/content/article?id=6924&Itemid=1102>

Em 2021, o sistema Fala.Br recebeu 533 manifestações na Plataforma, das quais 79 foram pedidos de acesso à informação. Natal e Recife foram as Superintendências com maior número de manifestações, com 189 e 182, respectivamente.

COMISSÃO DE ÉTICA

A gestão de Ética na CBTU é conduzida por uma comissão designada pela Resolução RPR nº 449/2021.

AÇÕES EM 2021:

- Distribuição da Cartilha Ética na CBTU, contendo entre outros, o Código de Ética da CBTU e Código de Conduta e Integridade da CBTU.
- Distribuição da Cartilha “Respeito é bom e todos gostam”, material confeccionado em parceria com o Ministério Público do Trabalho.
- Realização do Evento da Ética, com palestra, entrega de materiais informativos e capacitação sobre o Código de Ética da CBTU e Código de Conduta e Integridade da CBTU.
- Reunião Técnica visando discutir pontos estratégicos para a atuação da Comissão.

ATIVIDADE DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Em 2021 foi realizada a primeira revisão de seu Manual Disciplinar da CBTU.

Novos procedimentos:

- a) Emissão de Notas Técnicas pelas Corregedorias-Regionais quanto ao mérito administrativo dos Procedimentos Correcionais avaliados;
- b) Inclusão do conceito de desídia, a fim de instruir as comissões processantes;
- c) Inclusão do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC e da Investigação Preliminar Sumária - IPS, nos termos das instruções da CRG/CGU;
- d) Inserção de dispositivos referentes à incidência da prescrição somente em processos acusatórios;
- d) Artigo expresso quanto à obrigatoriedade da autoridade administrativa em apurar irregularidades funcionais de empregados públicos já demitidos ou destituídos;
- e) Vinculação à nomeação e destituição do titular máximo da área correcional conforme regras da PORTARIA/CGU N° 1.182, DE 10 DE JUNHO DE 2020.

PROCESSOS EM 2021

	TAC	SINAC	SINVE	PAD
AC	0	1	22	6
BH	15	6	11	29
JOP	0	0	8	1
MAC	0	0	0	0
NAT	0	0	1	4
REC	0	0	3	5
TOTAL	15	7	45	45

LEGENDA:

TAC - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

SINAC - SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA

SINVE - SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

PAD - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

MAPEAMENTO DE PROCESSOS E RISCOS

Em 2021 foi criada a Gerência Técnica – Gestão de Risco e Processos que passou a ser ligada diretamente a Diretoria – Planejamento e Relações Institucionais. Essa nova composição permitiu mais autonomia e independência, além de uma atuação mais dedicada à estruturação das Políticas de Gestão de Riscos da CBTU. Os principais eventos de riscos identificados foram agrupados em 05 categorias: Estratégicos, mercado, Operacionais, Orçamentário/Financeiro e Legal/Integridade.

FATORES DE RISCOS

ESTRATÉGICOS

Riscos relacionados à operação, principalmente nas atividades-fim, podendo expor empregados e terceiros a riscos à saúde, meio ambiente e segurança, ocasionando acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais;

Geração insuficiente de receitas próprias;

Grande número de ações judiciais trabalhistas que pode, eventualmente, acarretar perdas financeiras na defesa de litígios e arbitragens;

Falhas ou atrasos por parte dos fornecedores de bens e serviços, impactando negativamente na operação e prestação de serviços;

Desempenho abaixo do esperado na captação de projetos com entes da Administração Pública, impactando as receitas não operacionais e a imagem da Companhia.

Não investimento e cortes orçamentários pela União podem afetar as operações e a manutenção dos trens e serviços ofertados.

Objetivos distintos entre o Governo Federal e os objetivos da Companhia.

Crises político-econômicas que podem afetar negativamente as operações e o desempenho financeiro da CBTU.

MERCADO

Arrecadação de receitas operacionais e não operacionais que frequentemente não compõem o caixa da Companhia, pois são destinadas ao Tesouro;

Falta de investimento e/ou não acesso a novas tecnologias voltadas à transformação digital que impactam operações, desempenho de processos e capacidade competitiva;

Irregularidade na repartição tarifária do sistema de Recife prejudicando a arrecadação

Política de Estado para priorização do modal metroferroviário insuficiente.

Aumento da tarifa de energia elétrica de tração e do preço do combustível

Investimentos no modal rodoviário em detrimento ao modal ferroviário

Segurança pública precária, que expõe empregados e passageiros

OPERACIONAIS

Falta de seguro contra a interrupção do negócio ou para proteção de seus ativos contra sabotagem, depredação, terrorismo.

Greves e paralisações dos empregados que podem impactar negativamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Operações das atividades-fim que possam afetar as expectativas e a dinâmica das comunidades onde ela atua, impactando a reputação.

Obsolescência e falhas nos sistemas de TI, segurança da informação e serviços de telecomunicações causando deficiência nas operações e danos à reputação da CBTU.

ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO

Evasão de receitas operacionais devido a acessos clandestinos às estações.

Alto número de passivos-trabalhistas, ocasionando insuficiencia financeira e baixos resultados operacionais.

Não aprovação de investimentos por parte do Governo Federal.

LEGAL INTEGRIDADE

A não prevenção, detecção ou correção de atitudes ou comportamentos incompatíveis com a ética e a moral.

Falha na identificação ou tratamento nas operações com partes relacionadas.

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DAS DEMANDAS JUDICIAIS

Até 31 de dezembro de 2021, a CBTU configurava como parte, tramitando nos tribunais de justiça em todo território nacional:

6.963
processos ativos



Redução de
7,6% ↓↓↓↓↓↓↓↓
processos em relação a 2020

QUANTITATIVO DE AÇÕES JUDICIAIS 2020

1.528
NATUREZA
CÍVEL

392
NATUREZA
TRIBUTÁRIA

5.043
NATUREZA
TRABALHISTA

O Rio de Janeiro é o Estado com maior número de ações de natureza trabalhista. O elevado número de ações naquele Estado diz respeito a pedidos de reintegração ou readmissão, com alegações de ilegalidade na transferência para a FLUMITRENS ou anistia concedida pela Lei 8.878/1944



2.950
Ações trabalhista RJ

CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS

R\$200.000.548,76

em sentenças trabalhistas



R\$32.384.434,67

em ações cíveis, fiscais e tributárias

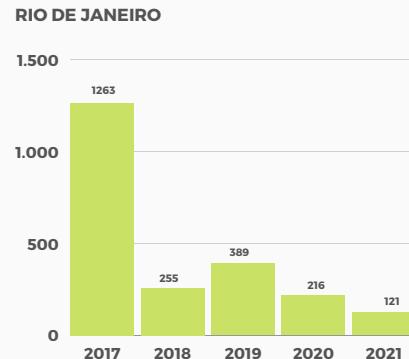


Das 550 ações judiciais que tiveram decisão definitiva no ano de 2021, 278 foram favoráveis, o equivalente a aproximadamente 50,54% do total, dentre as quais 106 de natureza trabalhista e 172 de natureza cível.

Embora o número de ações julgadas favoráveis tenha sido superior, a estimativa de perda financeira é maior do que a estimativa de economia.

Pernambuco foi o Estado com mais julgados desfavoráveis em 2021. Foram 3 ações cíveis e 116 trabalhistas, que geraram uma perda estima de R\$ 53.345,88 e R\$ 14.334.926,45, respectivamente.

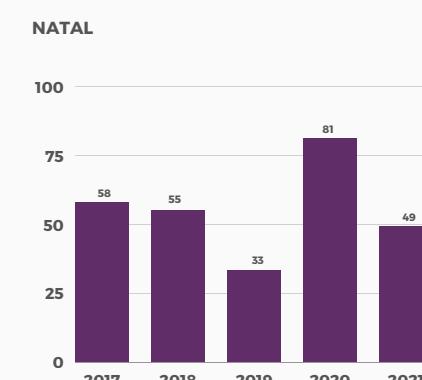
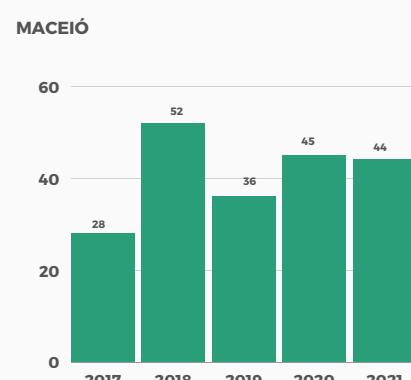
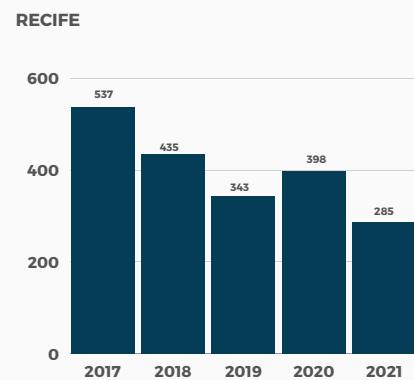
QUANTIDADE DE AÇÕES INGRESSADAS - POR ANO





Em 2021 ocorreu uma redução de ingressos de ações judiciais em todos os Estados de atuação da CBTU em comparação aos anos anteriores.

Em relação às ações trabalhistas, apenas Belo Horizonte e Natal tiveram mais entradas do que baixas. Com um total de 218 ações ajuizadas em 2021, Belo Horizonte foi o segundo estado com o maior número de processos ajuizados, ficando atrás, apenas do Recife que teve 323 ingressos no ano de 2021.



O CASO REFER

Em 19 de abril de 2021, nos autos do processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 da 22ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, foi firmado o acordo judicial definitivo entre a CBTU e a patrocinadora REFER.

No acordo, a CBTU comprometeu-se a pagar à REFER de forma parcelada, o valor de R\$ 2.780.411.466,19, destinado ao Plano de Benefício Definido da Patrocinadora CPTM, ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CBTU, ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora METROFOR, ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CTS e ao Plano de Contribuição Variável da Patrocinadora CENTRAL.



Acordo CBTU x REFER R\$ 2.780.411.466,19

Foram deduzidos do aporte inicial o valor de R\$ 16.995.490,30 referente a 10 parcelas do adiantamento de R\$ 20.394.588,36 do Acordo Provisório firmado em 23/07/2020. As demais parcelas deste adiantamento já foram descontadas do pagamento de R\$ 6.000.000,00 mensais que a CBTU vinha realizando até março de 2021.

Também foi descontado do aporte inicial o valor adiantado no mês de março de 2021, conforme deliberado em Ata da 25ª Reunião Extraordinária de Diretoria, considerando a recepção da Carta nº 028-2021/DIPRE, de 09 de março de 2021. Ou seja, foi abatido o valor de R\$ 10.500.000,00, corrigido monetariamente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, do IBGE, de 01/03/2021 até 31/05/2021, acrescido de juros remuneratório de 6% ao ano, equivalente a 0,4867551% ao mês, de 31/03/2020 até o 30/06/2021.

Além do aporte inicial, o pagamento das primeiras parcelas, referente aos planos da CPTM, CBTU, METROFOR, CTS e CENTRAL, ocorreram no mês de junho de 2021, atualizados com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, do IBGE, de 01/03/2020 até 31/05/2021, acrescido de juros remuneratório de 6% ao ano, equivalente a 0,4867551% ao mês, de 31/03/2020 até o 30/06/2021, conforme acordado.

A partir de então, as parcelas foram atualizadas mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do IBGE, do mês anterior ao de pagamento, conforme previsto no referido acordo judicial.

PARCELA	MÊS DE PAGAMENTO	CBTU	METROFOR	CTS	CENTRAL	VALOR TOTAL
1	Jun./2021	R\$ 10.980.985,01	R\$ 241.902,09	R\$ 291.095,28	R\$ 110.651.103,40	R\$ 128.713.622,71
2	Jul./2021	R\$ 11.046.870,92	R\$ 243.353,50	R\$ 292.841,86	R\$ 7.641.922,97	R\$ 25.812.817,41
3	Ago./2021	R\$ 11.159.549,00	R\$ 245.835,70	R\$ 295.828,84	R\$ 7.719.870,58	R\$ 26.076.108,12
4	Set./2021	R\$ 11.257.753,03	R\$ 247.999,06	R\$ 298.432,14	R\$ 7.787.805,44	R\$ 26.305.577,88
5	Out./2021	R\$ 11.392.846,07	R\$ 250.975,05	R\$ 302.013,32	R\$ 7.881.259,11	R\$ 26.621.244,82
6	Nov./2021	R\$ 11.525.003,09	R\$ 253.886,36	R\$ 305.516,68	R\$ 7.972.681,72	R\$ 26.930.051,28
7	Dez./2021	R\$ 11.621.813,11	R\$ 256.019,00	R\$ 308.083,02	R\$ 8.039.652,24	R\$ 27.156.263,69
TOTAL EM 2021						R\$ 287.615.685,91

O valor da primeira parcela da CENTRAL já inclui o valor do Aporte Inicial.

RESULTADOS DA GESTÃO

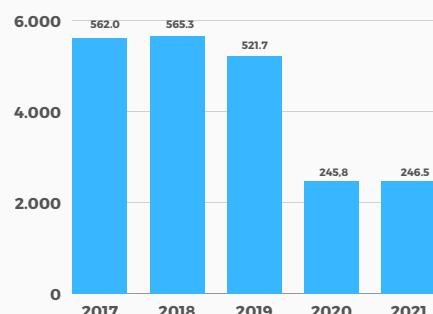
INDICADORES DE DESEMPENHO

CBTU

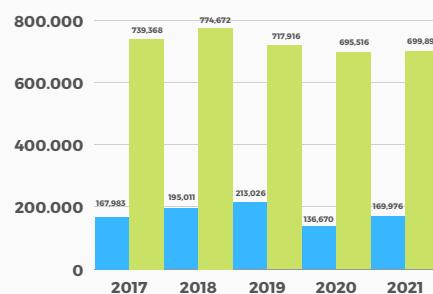
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)

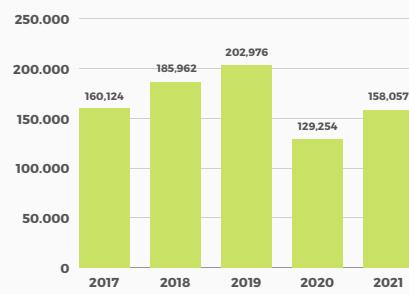


RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)

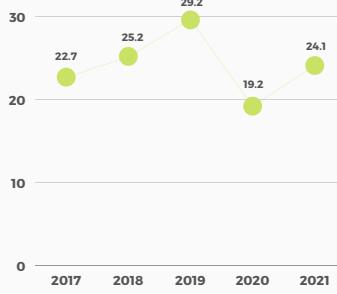


INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	VARIAÇÃO (%) 2020/2021
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	28,6	27,7	26,5	16,7	14,3	-14,8
Custo por Km (R\$)	124,33	127,11	121,08	157,78	136,46	-13,51
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,94	1,10	1,31	1,63	2,15	31,93
Integração Tarifária (%)	26,8	27,4	27,1	30,4	28,0	-8,1
Índice de receita extraoperacional (%)	4,4	3,8	3,9	3,9	6,0	53,1
Índice de Segurança do Passageiro	1,4	1,5	1,6	1,2	1,9	59,5
Índice de Confiabilidade do Sistema	596	643	618	670	694	3,6

RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



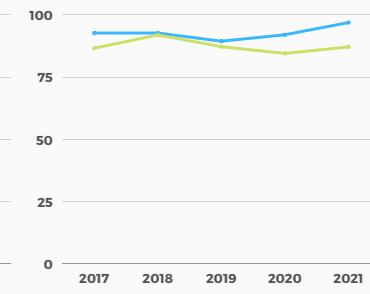
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



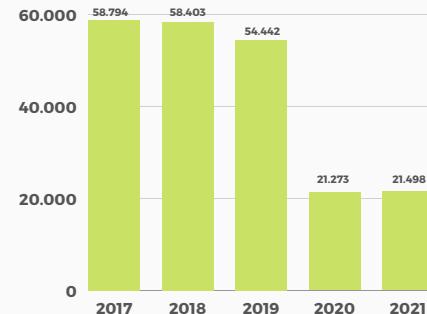
REGULARIDADE X PONTUALIDADE



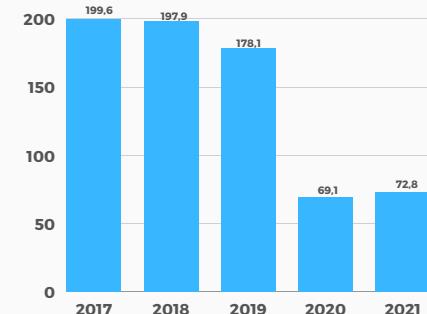
INDICADORES DE DESEMPENHO

BELO HORIZONTE

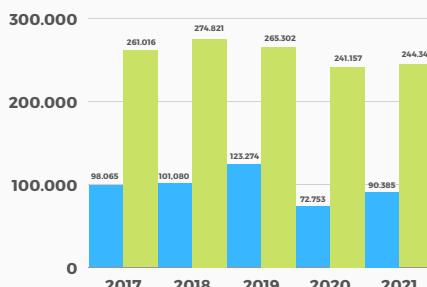
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)

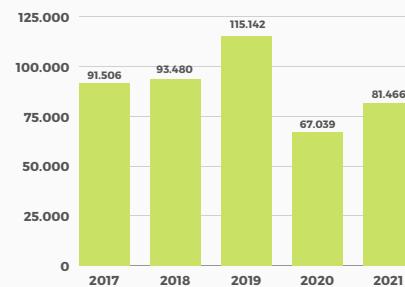


RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	VARIAÇÃO (%) 2020/2021
Índice de Visibilidade (%)	15,6	15,6	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	22,6	23,0	21,2	10,6	10,6	0,26
Custo por Km (R\$)	100,25	108,26	103,32	120,18	120,81	0,52
Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,56	1,60	2,15	2,82	3,75	33,12
Integração Tarifária (%)	29,0	29,4	29,0	29,8	31,5	5,87
Índice de receita extraoperacional (%)	6,3	5,9	5,1	5,0	8,0	58,48
Índice de Segurança do Passageiro	1,3	1,5	1,6	1,5	2,0	31,92
Índice de Confiabilidade do Sistema	7.591	4.103	3.063	3.744	3.602	-3,77

RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



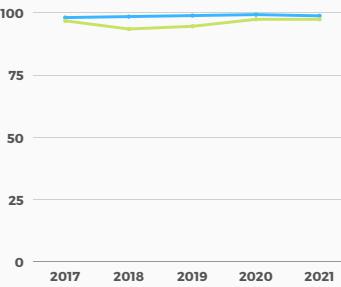
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



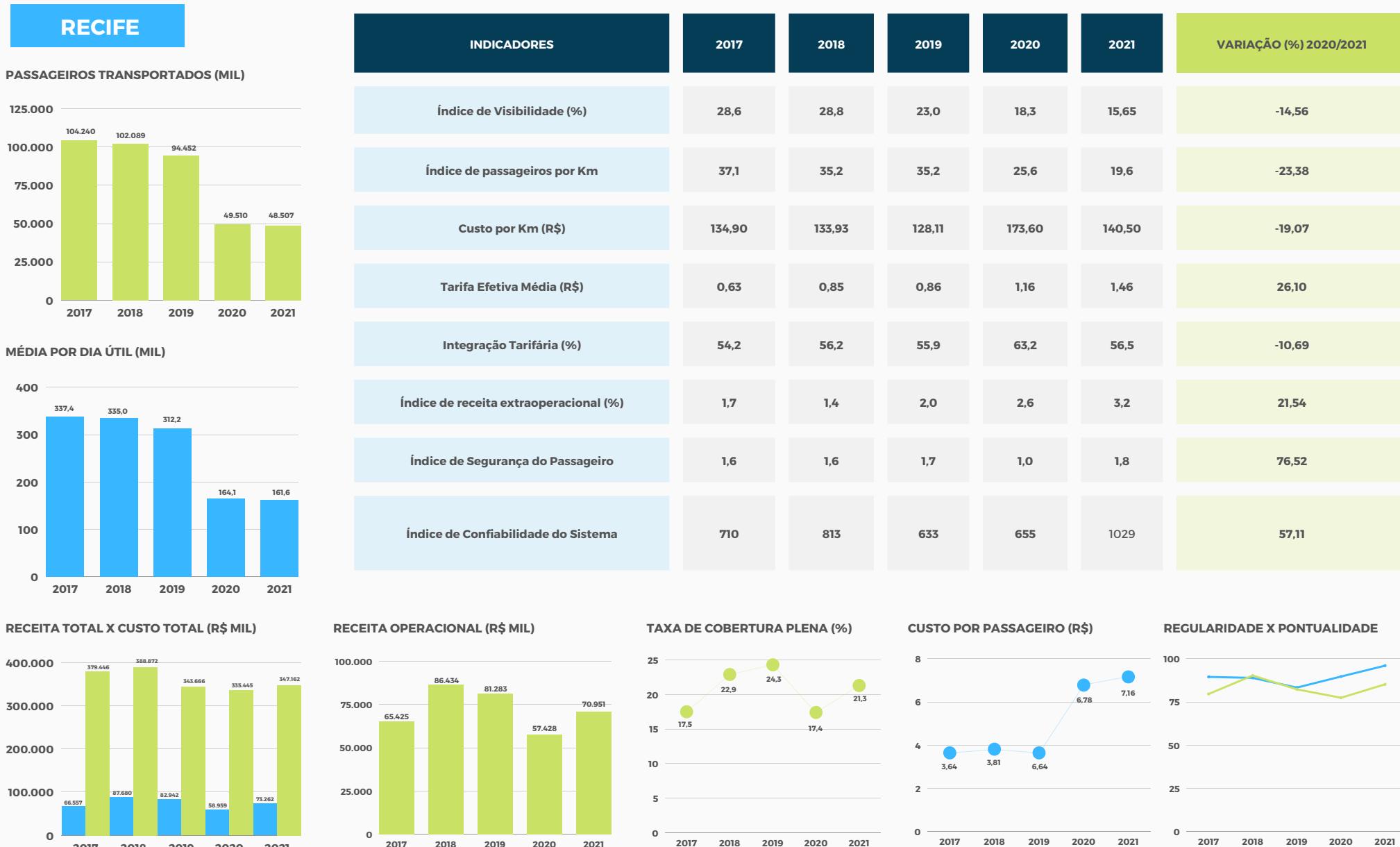
CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE



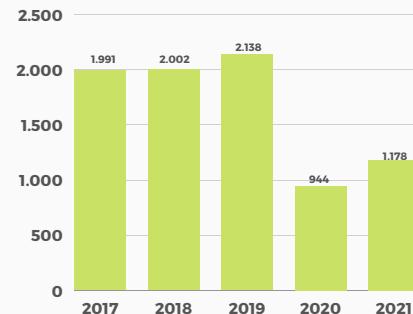
INDICADORES DE DESEMPENHO



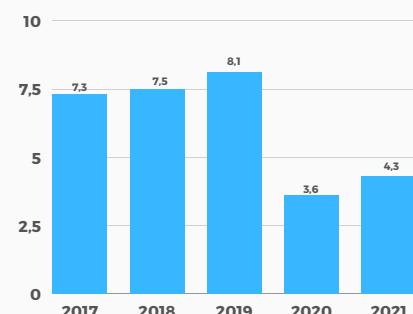
INDICADORES DE DESEMPENHO

JOÃO PESSOA

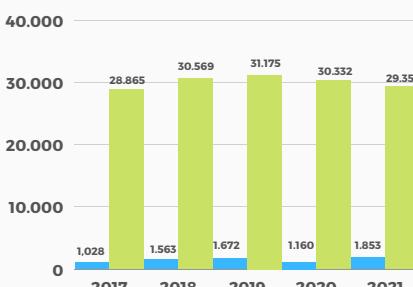
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)

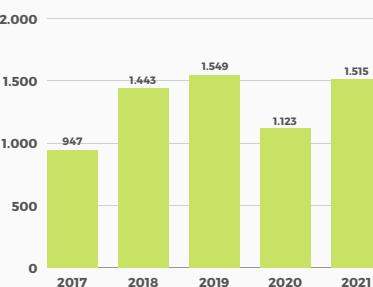


RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	VARIAÇÃO (%) 2020/2021
Índice de Visibilidade (%)	2,7	2,7	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	10,7	10,7	11,3	7,0	6,0	-15,04
Custo por Km (R\$)	154,45	163,64	164,74	226,57	149,29	-34,11
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,48	0,73	0,72	1,15	1,28	10,78
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de receita extraoperacional (%)	7,9	7,7	7,4	3,2	18,3	474,07
Índice de Segurança do Passageiro	1,3	1,5	1,6	1,5	2,0	31,92
Índice de Confiabilidade do Sistema	7.591	4.103	3.063	3.744	3.602	-3,77

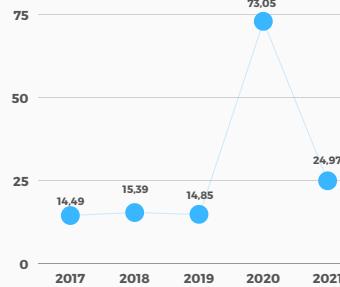
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



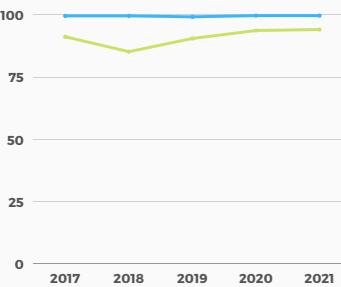
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



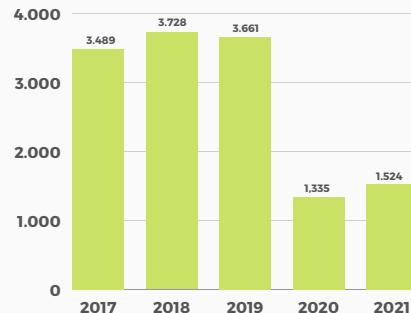
REGULARIDADE X PONTUALIDADE



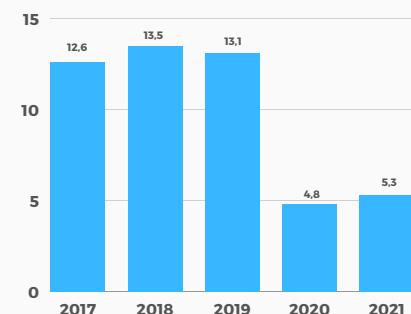
INDICADORES DE DESEMPENHO

NATAL

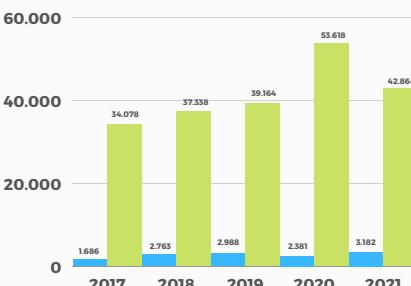
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)

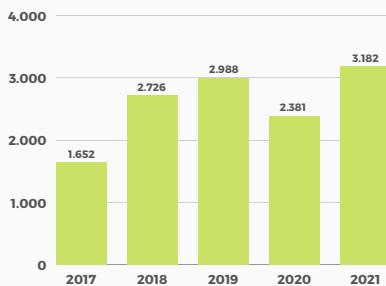


RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	VARIAÇÃO (%) 2020/2021
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	16,1	16,7	14,5	7,0	5,8	-16,73
Custo por Km (R\$)	156,95	167,64	154,98	281,49	164,20	-41,67
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,47	0,73	0,84	2,01	2,07	2,70
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de receita extraoperacional (%)	1,2	1,3	1,9	2,0	5,9	195,69
Índice de Segurança do Passageiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Índice de Confiabilidade do Sistema	1.856	1.882	2.045	1.146	1.442	25,82

RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



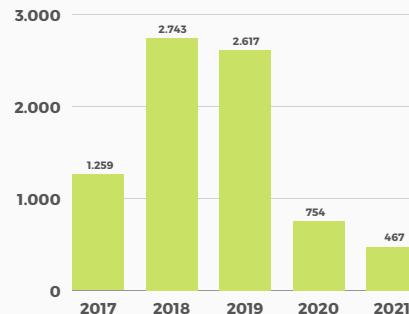
REGULARIDADE X PONTUALIDADE



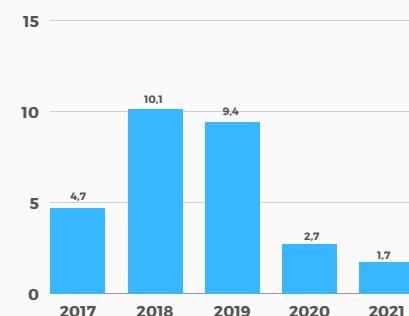
INDICADORES DE DESEMPENHO

MACEIÓ

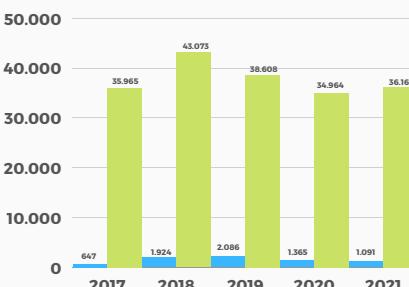
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)

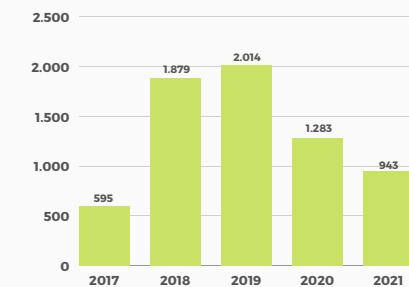


RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021	VARIAÇÃO (%) 2020/2021
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	10,3	11,3	11,0	5,2	2,6	-49,49
Custo por Km (R\$)	293,53	177,24	162,86	241,46	203,61	-15,68
Tarifa Efetiva Média (R\$)	0,46	0,65	0,80	1,79	2,02	13,10
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de receita extraoperacional (%)	8,1	2,4	3,5	6,0	13,5	124,28
Índice de Segurança do Passageiro	0,0	0,4	0,0	5,4	0,0	-
Índice de Confiabilidade do Sistema	107	272	165	187	517	176,62

RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



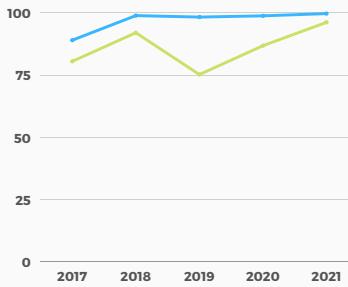
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE



META DIRETORIA EXECUTIVA

DIMENSÃO	OBJETIVO	INDICADOR	META 2021	VALOR	AÇÕES / OBS.
ECONÔMICO-FINANCEIRO	Melhorar o índice de cobertura	Receita não operacional	8,5 milhões	11,9	
		Implantação de Novo Modelo de Concessão de Caixas Eletrônicos	100%	50%	Modelo conluído em 2021
		Implantação da Integração Temporal em Recife	100%	80%	12 de 15 estações
		Renegociação da Partição Tarifária em Recife	Conclusão das Negociações	-	Pré-Requisito não foi atingido (Integração Temporal 100%)
ECONÔMICO-FINANCEIRO	Adequar o Orçamento de Manutenção (Opex e Capex)	Avanço dos Projetos para aumento da Oferta em Natal e João Pessoa	80%	80,4%	
		Captação de emendas parlamentares para PLOA 2022	20 milhões	-	Não foi executado por falta de recursos. Demandas enviadas ao MDR
		Mapeamento dos Riscos da Operação de Recife e BH e Gestão dos Riscos	80%	-	Não foi executado por falta de recursos
		Implantação do novo Sistema de Bilhetagem	Contratação Concluída	-	Não foi executado por demora na definição do BB e incertezas acerca do PND
GOVERNANÇA	Gestão de Risco	Revisão da Política de Gestão de Riscos	100%	-	Contratação da AGR é pré-requisito
		Contratação e Desenvolvimento da Consultoria de Avaliação Geral de Riscos (AGR)	25%	3%	TR sendo finalizado
		Conclusão do Plano de Gerenciamento de Riscos	100%	-	Contratação da AGR é pré-requisito
GOVERNANÇA	Integridade das Demonstrações Financeiras	Ressalvas no Relatório da Auditoria Independente sobre as contas de 2021	0	1	
		Avaliação Qualitativa e Quantitativa da Equipe do Financeiro AC e STUs	100%	50%	Realizada apresentação sobre o Quantitativo. (Possivelmente demandará contratação de Consultoria)
		Revisão de Políticas com Impacto nas Demonstrações Financeiras (ex: PCLD)	100%	75%	
		Levantamento dos Impactos e ações preparatórias para a apresentação de DFs no formato de Conglomerado (Holding e Subsidiárias)	100%	N/A	Não foi executado por falta de recursos e por não ter havido ordem para cisão em 2021.

META DIRETORIA EXECUTIVA

DIMENSÃO	OBJETIVO	INDICADOR	META 2021	VALOR	AÇÕES / OBS.
PROJETOS ESTRATÉGICOS	Viabilizar a cisão/desestatização da CBTU	Criação das Novas Subsidiárias	100%	N/A	Foi demandado apenas em 2022
		Desfazimento de bens inservíveis e regularização de inventários na AC e STUs	75%	50%	
		Regularização de bens imóveis da CBTU	Dimensionamento do Projeto	Atendido	Plano para Desafazimento de Imóveis não Operacionais (SPU).
		Plano de Ação para resolução das penhora de bens na Usina	100%	-	Não foi executado por falta de recursos.
		Cisão complementar de Central Logística e CPTM	50%	50%	
		Realizar Encontro de Contas CBTU/Inventariança da RFFSA	50%	-	Sem avanços na CCAF
PROJETOS ESTRATÉGICOS	Aperfeiçoar a infraestrutura de TI	Atualização do PDTIC para 2021/2022	100%	100%	
		Atualização da Infraestrutura de TIC	80%	50%	3 Licitações Microsoft Fracassadas. Servidores implantadas e Oracle comprado
		Implantação do Sistema SEI	100%	-	Pré-requisito de infraestrutura não atendido. CBTU será piloto do Super BR
		Implantação do Sistema Auditar	25%	-	Pré-requisito de infraestrutura não atendido.
		Centralizar as atividades de TI / Integrar as equipes	60%	75%	Contratações / Procedimentos / Operação / Orientação Técnica
EXPERIÊNCIA/SATISFAÇÃO DOS PÚBLICOS INTERNO/EXTERNO	Aumentar a satisfação dos empregados	Realização de Pesquisa de clima organizacional	100%	-	Não foi executado por falta de recursos.
		Planejamento de ações para mitigar maiores problemas detectados	Apresentação de Plano	-	Não realizada Pesquisa de Clima
		Revisão dos Procedimentos e Normas do RH visando a redução dos litígios	80%	20%	Revisões incluídas no Plano de Ação da DA
EXPERIÊNCIA/SATISFAÇÃO DOS PÚBLICOS INTERNO/EXTERNO	Aumentar a satisfação dos passageiros	Realização de Pesquisa de Satisfação dos Usuários	100%	-	Não houve recursos
		Planejamento de ações para mitigar maiores problemas detectados	Apresentação de Plano	-	Não realizada Pesquisa

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A CBTU ano a ano apresenta suas necessidades de custeio e investimento para manter a plena operação de seus sistemas no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA.

Através da Lei Orçamentária Anual – LOA é que se conhece o que de fato será disponibilizado e passamos a ajustar às necessidades as possibilidades para oferecer um serviço adequado as Regiões Metropolitanas onde está inserida e atua como troncal da mobilidade urbana.

A interação entre a Direção e a área de gestão do orçamento, que tem papel articulador e orientador na busca dos melhores resultados, faz com que projetos sejam tocados enquanto se busca junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional o atendimento de pleitos antigos e novos que impactam nos resultados obtidos.

EM 2021 FOI POSSÍVEL CONTRATAR:

Construção e recuperação de estações;

Automação de desvios ferroviários que permitirão a redução do Headway e maior disponibilidade de trens;

Inauguração de trechos que atenderão a uma parcela maior da população.

É possível afirmar, com segurança, que as diligências da CBTU têm trazidos resultados que impactam positivamente na constante busca do atendimento de sua missão de promover e prover a mobilidade urbana por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, contribuindo para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

RESULTADO PRIMÁRIO LEI

	RESULTADO PRIMÁRIO LEI	PROPOSTA CBTU 2021	PLOA	LOA	LOA + CRÉDITOS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)
0	FINANCIERO		17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498
1	PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	1.167.747.716	880.420.005	880.420.005	1.234.902.633	1.196.633.477	1.196.298.392	1.194.259.823
2	PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	946.700.000	222.491.501	221.457.544	296.365.844	304.114.384	297.087.943	196.746.542
3	PRIMÁRIO SEM IMPACTO FISCAL							2.441.586
9	DESP.DISCRICIO- NÁRIA DECORRENTE DE EMENDA DIR.GERAL PLOA,EXC. ORDEM TEC						5.488	74.121.861
Total		2.114.447.716	1.120.360.004	1.119.326.047	1.548.716.975	1.518.196.358	1.510.840.322	1.485.018.309

GRUPO DE DESPESA

	RESULTADO PRIMÁRIO LEI	PROPOSTA CBTU 2021	PLOA	LOA	LOA + ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)	DESPESAS PAGAS (ANO VIGENTE + RAP)
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.007.643.570	746.326.546	746.326.546	1.095.209.174	1.070.642.138	1.070.603.550	1.067.352.970	1.073.154.775
2	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498	17.448.498
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	470.104.146	352.584.960	352.551.003	347.148.577	335.628.317	333.872.062	352.718.348	352.679.367
4	INVESTIMENTOS	636.700.000	4.000.000	3.000.000	88.910.726	94.477.405	88.916.211	47.498.494	47.695.782
TOTAL		2.114.447.716	1.120.360.004	1.119.326.047	1.548.716.975	1.518.196.358	1.510.840.322	1.485.018.309	1.490.978.422

FONTES DE RECURSOS

	PROPOSTA CBTU 2021	PLOA	LOA	LOA + ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)	DESPESAS PAGAS (ANO VIGENTE + RAP)
0100	1.944.421.154	373.402.492	373.381.821	1.125.951.905	1.095.332.603	1.092.067.330	1.079.077.495	1.058.348.170
0144				30.000.000	30.018.092	30.005.488	32.515.235	63.218.234
0150	170.026.562	217.775.265	216.759.816	160.754.658	160.970.046	160.571.314	144.754.225	143.967.584
0151		45.982.175	45.982.175	45.982.175	43.247.216	43.223.638	43.176.546	43.137.909
0174						715.309	114.641	94.614
0180		1.292.551	1.292.551	1.054.551	1.054.551	1.054.551	1.054.551	1.054.551
0181		270.559	272.722	272.722	259.223	180.318	172.223	172.223
0188				120.929.136	119.551.193	119.551.193	107.682.120	100.535.379
0250							4.871.702	4.926.440
0280							501.695	501.695
0281							37.585	37.585
0300				7.528.670	7.228.650	7.228.650	14.965.866	16.242.519
0329				29.184.000	31.743.008	29.183.373	19.392.115	18.882.453
0342							12.284	3.578.053
0350				27.059.158	28.791.776	27.059.158	12.628.297	12.128.049
0650							24.061.728	24.152.965
0944		481.636.962	481.636.962					
Total	2.114.447.716	1.120.360.004	1.119.326.047	1.548.716.975	1.518.196.358	1.510.840.322	1.485.018.309	1.490.978.422

GESTÃO PATRIMONIAL

Visando otimizar a gestão patrimonial, a CBTU aderiu ao SIADS - Sistema oferecido pelo Ministério da Economia, de uso obrigatório, e que possibilita um controle completo e efetivo de estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte - e planeja, a partir de 2022, substituir o atual sistema de patrimônio da Companhia para um sistema desenvolvido por uma empresa contratada e especializada.

BENS PATRIMONIAIS

1 - Pendências de Transferências

Por falta de disponibilização orçamentária, não foi possível a resolução definitiva das pendências na formalização de transferências de bens ocorridas entre a CBTU e outras entidades.

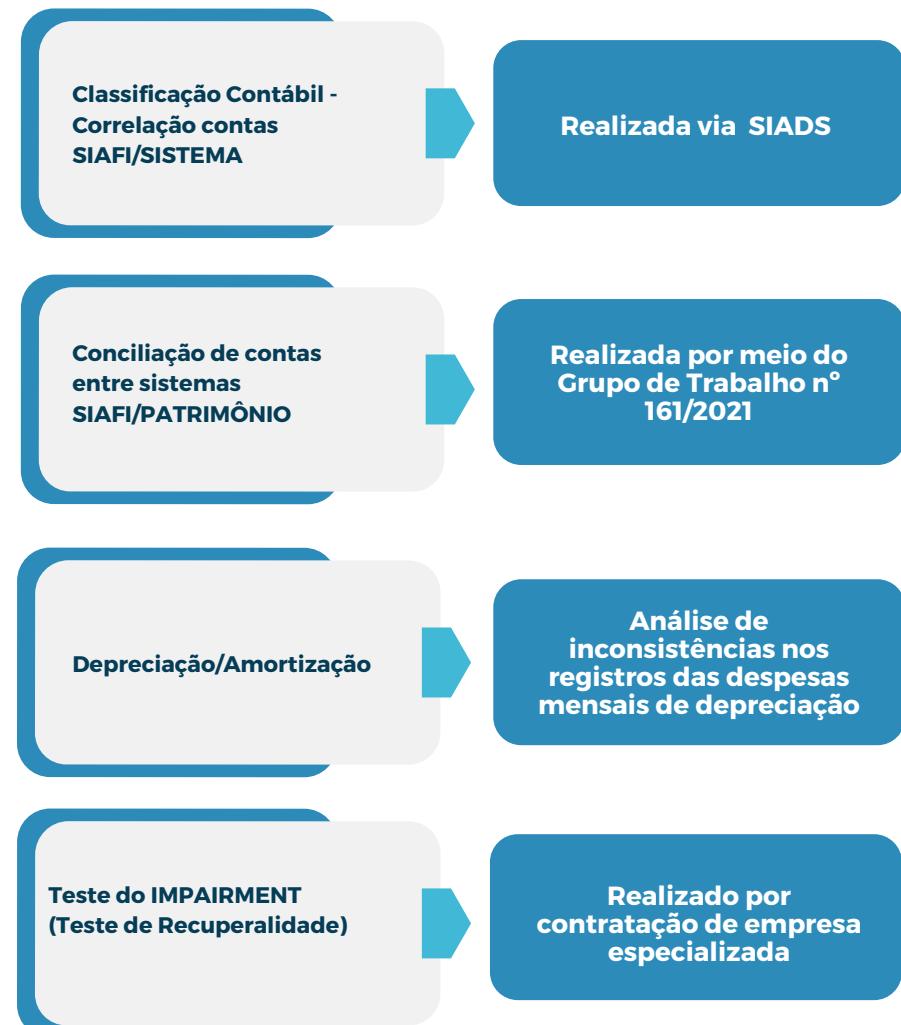
Diante deste cenário, a Diretoria da CBTU instaurou um Grupo de Trabalho para, dentre outras medidas, elaborar um Plano de Ação para resolução desta questão e tem promovido inúmeras iniciativas exitosas junto as entidades envolvidas, dentre as quais:

- Superintendência de Patrimônio da União e DNIT
- Companhia Paulista de Trens Metropolitanos- CPTM
- Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL
- Outros entes estatais participantes de transferências patrimoniais não formalizadas com a Companhia.

2 - Contabilização

A conciliação de contas do Patrimônio entre a Administração Central e as Superintendências da CBTU é realizada mensalmente.

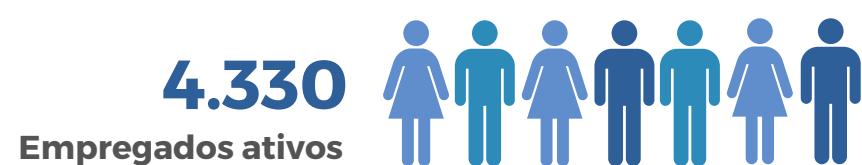
Ações em destaque no ano de 2021:



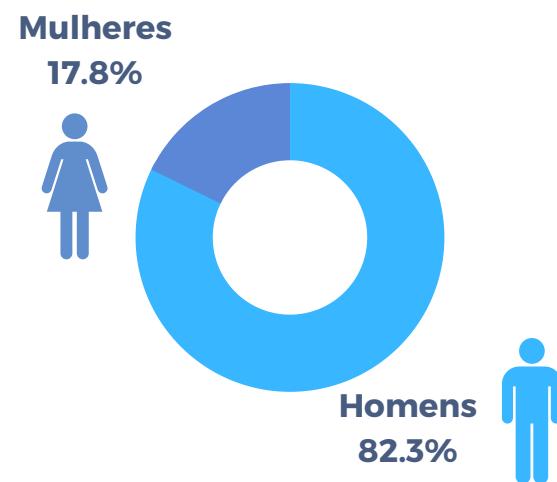
GESTÃO DE PESSOAS

O principal regente das relações de trabalho, no âmbito da CBTU, é o Decreto 5.452/1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas. Além disso, para assegurar a conformidade da Lei de Responsabilidade das Estatais (13.303/2016), a Companhia observa as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), ligada ao Ministério da Economia.

PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO:



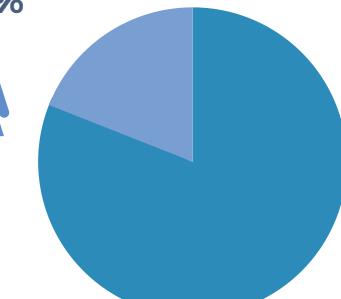
DADOS QUE DEVERÃO SER DESTACADOS:



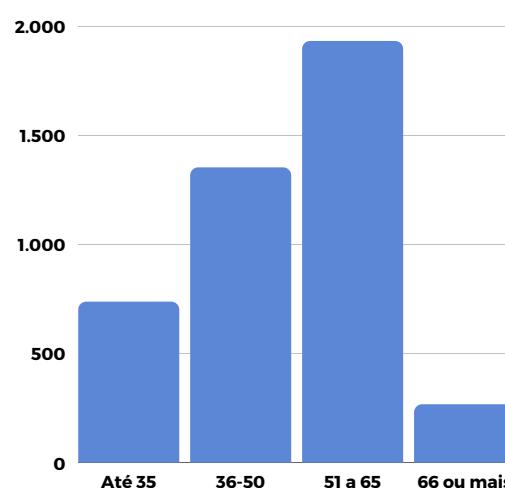
OCUPAÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS:

Mulheres

19%



EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA:



30,13%
dos empregados com
escolaridade de nível
superior



33,87 %
dos empregados possuem
mais de 30 anos de
trabalho na Companhia

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

A política de remuneração dos administradores e membros de colegiados na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) é praticada conforme os seguintes dispositivos legais balizadores do tema: Lei 6.404/1976; Lei 13.303/2016; Decreto 8.945/2016; Decreto 89.039/1984 e Decreto 9.035/2017, sob manifestação e supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que anualmente a fixa, e mediante aprovação da Assembleia Geral.

A remuneração dos Diretores é composta pelas rubricas de Honorários mensais, Adicional de Férias, Auxílio Alimentação, Auxílio Saúde, Gratificação Natalina e, em caso de Diretor-empregado, pagamento da Previdência Complementar se o mesmo fizer jus. Faz parte ainda dos custos com Diretores, o pagamento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e INSS sobre os vencimentos.

O Ofício nº 175631/2020/ME, de 20.07.2020, encaminhou para exame e manifestação da SEST, documentação relativa a Assembleia Geral Ordinária da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. A SEST manifestou-se pela Nota Técnica 32338/2020/ME, anexa ao Ofício nº OFÍCIO SEI N° 197134/2020/ME, a fim de subsidiar a realização da Assembleia Geral Ordinária no que diz respeito a deliberação do colegiado quanto à fixação dos montantes limites por rubrica e global a serem dispendidos com Remuneração dos Dirigentes no referido período.

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria também segue a legislação mencionada, com o valor das gratificações mensais calculada sob 10% da média da remuneração dos Diretores (incluindo a Gratificação Natalina).

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A capacitação e treinamento dos empregados é parte integrante da Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos da CBTU que tem como objetivos:

- Promover a equidade de oportunidades de desenvolvimento profissional;**
- Incentivar o autodesenvolvimento e o desenvolvimento profissional contínuo;**
- Estimular através da capacitação, a busca pela inovação de processos de trabalhos e serviços;**
- Fomentar a gestão do conhecimento organizacional**
- Promover, aos empregados que exercem funções de gerência, condições de desenvolvimento das habilidades de liderança e gestão, permitindo uma atuação estratégica e capaz de mobilizar e potencializar sua equipe de trabalho.**

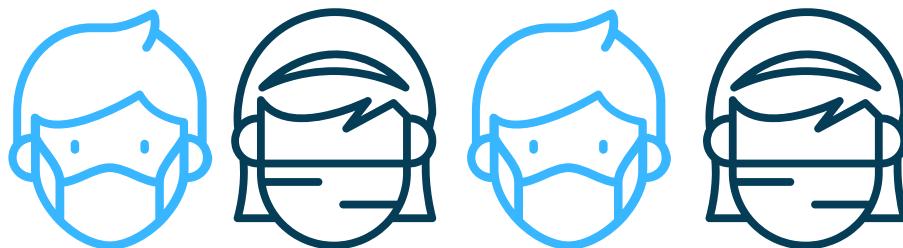
MATRÍCULAS TREINADAS 2021

DADOS GERAIS DE TREINAMENTO	2.093	11.006 Homem/Hora
INSTRUTORIA INTERNA	715	525,5 Homem/Hora



ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À COVID-19

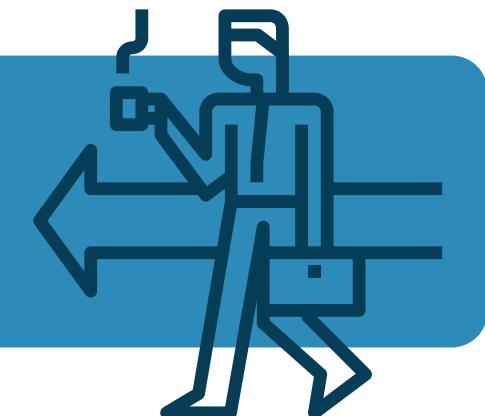
Em 2021 a CBTU manteve o **Protocolo de Enfrentamento à COVID-19**, através de ações padronizadas de cunho preventivo e de contingenciamento de transmissão do vírus, intensificando ações de higiene dos ambientes, disponibilização de dispositivos de álcool gel e determinação do uso obrigatório de máscaras nas dependências, além de realização de testagem periódica dos empregados, por meio de teste rápido (IgG e IgM), teste laboratorial sorológico anticorpos totais (IgG e IgM) e teste laboratorial molecular (RT-PCR), com fornecimento de insumos.



Em 2021 foram realizados 12 ciclos de testagens, conforme demonstrativo abaixo:

	Ciclo	Data Inicial	Data Final	Ciclo Aberto?	Descrição
<input checked="" type="checkbox"/>	1	25/01/2021	29/01/2021	Não	Todas as Unidades - testagem em massa
<input checked="" type="checkbox"/>	2	12/02/2021	18/02/2021	Não	Testagem Retorno Férias - STUs/AC
<input checked="" type="checkbox"/>	3	22/02/2021	26/02/2021	Não	Todas as Unidades - testagem em massa
<input checked="" type="checkbox"/>	4	22/03/2021	26/03/2021	Não	Todas as Unidades - testagem em massa (exceto BH)
<input checked="" type="checkbox"/>	5	08/04/2021	12/04/2021	Não	Testagem em massa AC-Brasília (emergencial)
<input checked="" type="checkbox"/>	6	29/04/2021	03/05/2021	Não	Testagem em massa AC-Brasília
<input checked="" type="checkbox"/>	7	17/05/2021	26/05/2021	Não	Todas as Unidades - testagem em massa (exceto BSB)
<input checked="" type="checkbox"/>	8	04/06/2021	04/06/2021	Não	Testagem emergencial - AC-Brasília
<input checked="" type="checkbox"/>	9	28/06/2021	02/07/2021	Não	Testagem em massa (todas as Unidades)
<input checked="" type="checkbox"/>	10	27/10/2021	05/11/2021	Sim	Testagem em massa STU - Recife
<input checked="" type="checkbox"/>	11	22/11/2021	26/11/2021	Sim	Todas as Unidades - testagem em massa (exceto REC)
<input checked="" type="checkbox"/>	12	13/12/2021	17/12/2021	Sim	Todas as Unidades - testagem em massa

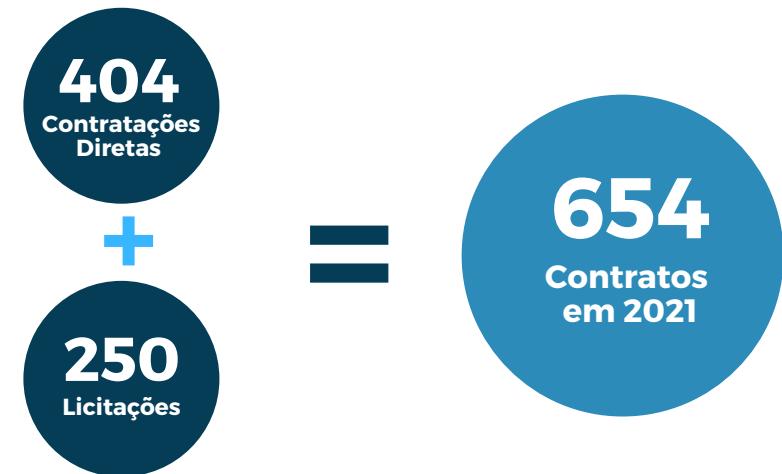
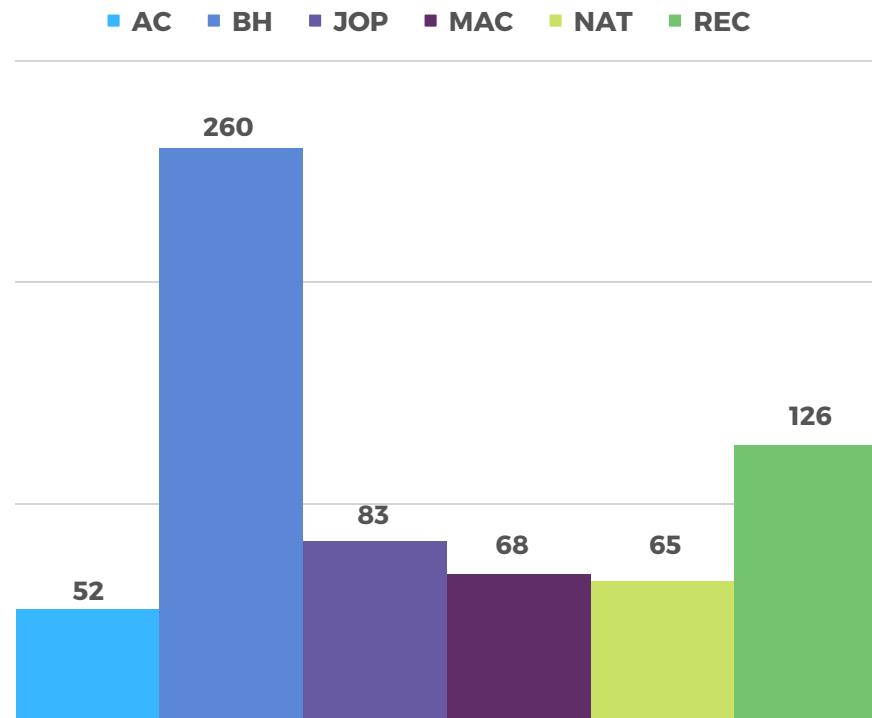
A RPR nº 436-2021 de 30/08/2021 revogou o trabalho em Regime de Revezamento no âmbito da CBTU, exceto para empregadas gestantes e lactantes.



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O principal instrumento de regulação das contratações no âmbito da Companhia, incluindo a Administração Central e as Superintendências Regionais é o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – RILC/CBTU, que está em sua terceira edição e foi desenvolvido a partir da Lei 13.303/2016 e demais dispositivos pertinentes.

LICITAÇÕES E CONTRATOS EM NÚMEROS



ECONOMIA NAS CONTRATAÇÕES

Em 226 processos foi possível obter redução do valor inicial estimado

ECONOMIA DE R\$ 65.146.498, 26

76%
processo finalizados com sucesso.

17%
processos fracassaram ou foram cancelados.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

VISÃO GERAL DE 2021

Após os esforços de planejamento das ações de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a dedicação empregada para efetivação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), o ano de 2021 iniciou-se com novos desafios para a área de TIC.

A realidade pandêmica mundial continuou exigindo da área de TIC esforços para sustentar, com atuação criativa e utilização de tecnologias livres, os recursos de Tecnologia da Informação empregados nas ações de política de enfrentamento do COVID.

A área de TIC continuou empenhada na elaboração de estudos técnicos preliminares, planejamento da contratação e planejamento da implantação dos projetos do PDTIC, todavia, um novo alinhamento com a estratégia foi necessário diante o anúncio da mudança da sede administrativa do Rio de Janeiro para Brasília.

Finalizando o ano de 2021, a área de TIC obteve êxito em projetos estruturantes na área de infraestrutura de TIC para a companhia, dentre eles a aquisição dos Hardwares e Softwares do Projeto de Infraestrutura para Armazenamento e Processamento de Banco de Dados, avanço significativo nas etapas de implantação do Data Center HCI de Brasília e Recife e obteve avançou significativo no planejamento do projeto de licenciamento de Sistema Operacional desses Data Centers. Além da área de infraestrutura de TIC, foi firmado a contratação do projeto de expansão da solução de ERP, o qual será sustentado pela infraestrutura de TIC supracitada.

REALIZAÇÕES

As principais realizações da GETIN 2021 foram:

- 

Sustentar a estrutura de Home Office com acesso externo a arquivos e sistemas, utilizando ferramentas sem custo de licenciamento;
- 

Reconfiguração de toda a infraestrutura de segurança e conectividade para garantir a disponibilidade dos serviços para as atividades laborais dos colaboradores que ficaram no Rio de Janeiro.
- 

Implantação e migração da Infraestrutura Computacional Hipervconvergente (Data Center HCI) na Administração Central e Recife sendo esse um dos projetos do programa PR-17 Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software;

 - Implantação e operacionalização do Hardware concluídas na Administração Central e Recife;
 - Migração dos serviços concluídos na Administração Central;
 - Migração dos serviços em andamento em Recife;
 - Não iniciada a implantação da Virtualização de Rede NSX;
 - Não iniciada a implantação da vCloud.
- 

O planejamento da contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de Sistemas Operacionais (SO) que será fundamental para o correto licenciamento do Hardware do Data Center HCI, sendo um projeto em andamento do programa PR-17 Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Aquisição equipamento integrado especializado para armazenamento e processamento do Banco de Dados da Oracle (Oracle Database Appliance - ODA) e ampliação do licenciamento de softwares e suporte técnico, soluções de infraestrutura tecnológica para virtualização e processamento, armazenamento e replicação de dados, contemplando hardware, software e serviços de implantação, configuração, migração e repasse de conhecimento das soluções Oracle, sendo um projeto do programa PR-17 Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software. O hardware encontra-se em processo de fabricação pelo fornecedor.



No âmbito do PR-06 Consultoria para Compatibilização de ERPs aos Processos de Negócio da CBTU e de Governo, PR-07 Implantação e Customização de ERP e PR-13 Implantação de Sistema de Gerenciamento de Processos foi firmado contrato administrativo englobando todas as atividades de projeto que envolvem desenho do processo atual (AS-IS), redesenho dos processos da cadeia de valor (TO-BE) e a implantação do Sistema de Gestão (ERP Protheus), bem como o sistema de gerenciamento de processos (FLUIG).



Foi feita a alocação de espaço físico de Recife mais adequado aos equipamentos Data Center HCI de redundância adquiridos e para qualquer outro novo Hardware. A Administração Central recebeu sala cofre do MDR que está em operação, porém sem contrato de manutenção. Novos projetos encontram-se em andamento para garantir que os componentes e subsistemas integrantes do meio físico (geradores, nobreaks, quadros elétricos, linhas de distribuição, ar condicionado, controle de acesso, entre outros) sejam adequados aos objetivos e sustentação dos sistemas e serviços da CBTU. Esses projetos em andamento são do âmbito do programa PR-16 Reestruturação dos Datacenters - Segurança Física.

OPORTUNIDADE PARA O INTERSTÍCIO 2022-2023

Para o interstício 2022-2023 foram mapeados novos projetos, frutos da mudança de toda a infraestrutura de TIC da sede da companhia do Rio de Janeiro para Brasília. Esses projetos serão apresentados aos Comitês de TIC para a devida apreciação e aprovação. Para uma melhor compreensão dos projetos dos respectivos programas em andamento, é apresentado o status atualizado a seguir:

PR-01	IMPLANTAR GESTÃO DE DEMANDAS DE TIC E CATÁLOGO DE SERVIÇOS DE TIC	ESTUDO PRELIMINAR
PR-02	Implantar a Gestão Centralizada de Contratações e Orçamento de TIC	Em execução
PR-03	Implantação de Solução de Comunicação Corporativa	Estudo preliminar
PR-04	Substituição do e-mail Corporativo	Estudo preliminar
PR-05	Gestão Centralizada de Links Corporativos	Estudo preliminar 1
PR-06	Consultoria para Compatibilização de ERPs aos Processos de Negócio da CBTU e de Governo	Em execução 2
PR-07	Implantação e Customização de ERP	Em execução 3
PR-08	Implantação de Sistema de Tramitação de Processos Eletrônicos	Em execução 4
PR-09	Implantação de Bilhetagem Eletrônica da CBTU	Estudo preliminar
PR-10	Contratação de Consultoria de Riscos de TIC e de Segurança da Informação	Não iniciado
PR-11	Gestão de Acesso de Sistemas	Estudo preliminar
PR-12	Gestão de Backup Centralizado	Não iniciado
PR-13	Implantação de Sistema de Gerenciamento de Processos	Em andamento 5
PR-14	Implantação de Sistema de Gerenciamento de Riscos	Não iniciado
PR-15	Implantação de Sistema de apoio ao Processo de Auditoria	Em execução 6
PR-16	Reestruturação dos Datacenters - Segurança Física	Estudo preliminar
PR-17	Reestruturação dos Datacenters - Hardware e Software	Em execução 7

1 Os links principais foram implantados e foi iniciado o estudo para os links de redundância.

2 Esse projeto encontra-se no programa que visa a implantação do ERP.

3 Esse projeto encontra-se no programa que visa a implantação do ERP.

4 Aguardando aprovação de órgão externo.

5 Esse projeto encontra-se no programa que visa a implantação do ERP.

6 Termo de cessão firmado. Elaboração do plano de implementação.

7 Aquisição e planejamento da implantação do Hardware e planejamento da contratação do Software.

GESTÃO AMBIENTAL

A busca pela sustentabilidade é nosso dever como empresa preocupada com a mobilidade urbana e seu impacto socioambiental.

As ações que associam o desenvolvimento econômico e social à preservação do meio ambiente devem ser priorizadas e devem atender, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

SER ECONOMICAMENTE VIÁVEL, SOCIALMENTE JUSTA E AMBIENTALMENTE CORRETA.



ÁGUA

Ao lado da energia, a água é tida como recurso fundamental para a atividade de transporte ferroviário de passageiros e sua utilização envolve todas as atividades da Companhia, desde o uso pessoal de trabalhadores e passageiros até a lavagem de trens, peças e irrigação.

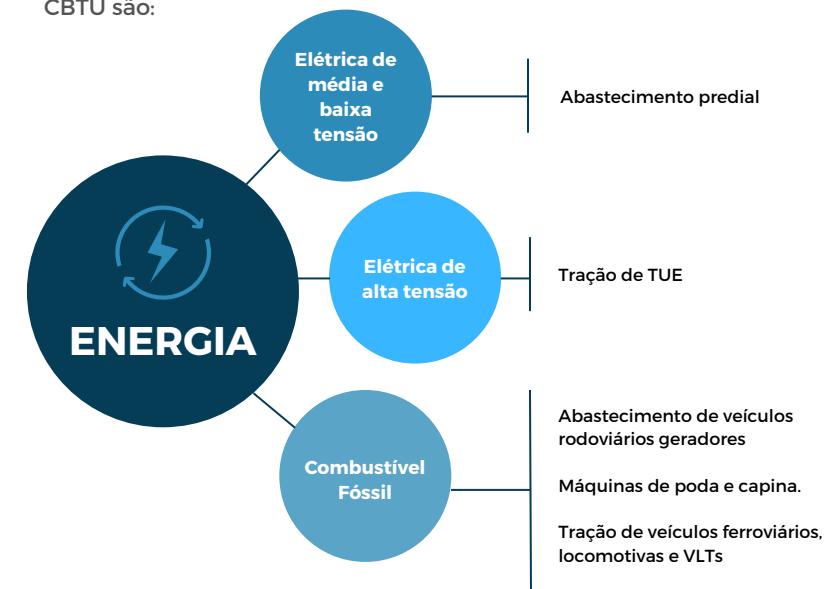
Consumo de água em m³: 2021 => 127.512

O volume total consumido pela Companhia em 2021 foi 23% maior que em 2020, fato esse devido ao retorno das atividades presenciais dos empregados, retomada das atividades em tempo integral de manutenção e operação.

Em 2022, o planejamento para todas as STUs é que seja realizada a leitura periódica dos hidrômetros de todas as instalações, a fim não só de solucionar pendências e discrepâncias com registro realizado pelas concessionárias, mas também com o objetivo promover maior agilidade na investigação e solução de vazamentos e ligações clandestinas.

ENERGIA

Em se tratando do transporte de passageiros e mobilidade urbana a energia é um elemento fundamental. As fontes principais de energia utilizadas pela CBTU são:



Apesar da importância inquestionável da Energia, é preciso levar em consideração os impactos ambientais associados à sua geração e consumo. Os Comitês de Sustentabilidade da CBTU vem discutindo cuidadosamente sobre fontes renováveis, visando mitigar esses impactos.

CONSUMO DE ENERGIA EM 2021:

Energia elétrica - média e baixa tensão (KWh) : **13.119.893**

Energia elétrica tração (KWh) : **63.308.474**

Combustível rodoviário (Gasolina + diesel por Litro) : **209.402**

Combustível Ferroviário (Diesel para tração por Litro): **1.950.249**



GESTÃO AMBIENTAL

RESÍDUOS SÓLIDOS



A CBTU realiza a gestão de resíduos por meio dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, implementados em cada STUs, com bases nas exigências da Lei 12.305 de 2010, o Decreto Regulamentador 7.404 de 2010 e as Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente - a respeito de cada categoria.

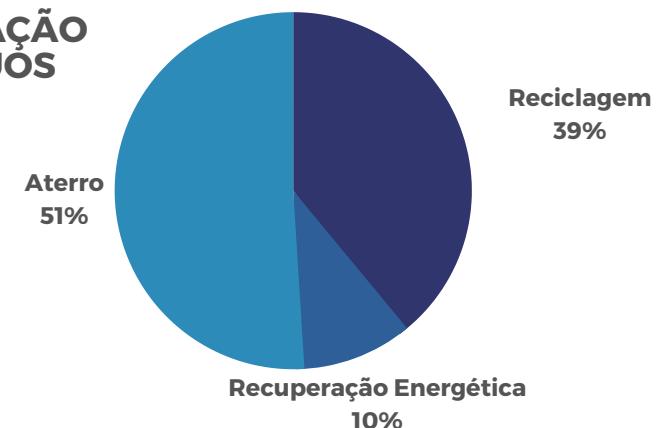
Resíduos sólidos gerados pela CBTU:

Resíduo Sólido	Classificação - ABNT 10.004/2004	Quantidade 2020	Quantidade 2021	Destinação Final
Óleo lubrificante, óleo isolante, materiais contaminados diversos (EPI), material oficina,	Classe I - Perigoso	136 toneladas	72,4 toneladas	Reaproveitamento, terrefino, coprocessoamento, Incineração, aterro Classe I
Baterias alcalinas (NI/Cd) e Chumbo	Classe I - Perigoso	Não contabilizada	678 unidades	Reciclagem
Eletroeletrônicos	Classe I - Perigosos	1 tonelada	30,3 toneladas	Reciclagem
Lâmpadas fluorescentes	Classe I - Perigoso	11.778 unidades	7.720 unidades	Descontaminação/reciclagem, logística reversa, aterro classe I
Resíduo comum (não reciclável)	Classe IIIA - Não perigoso/ Não Inerte	1.95 Gtoneladas	355 toneladas	Aterro sanitário
Resíduo da Construção Civil/Poda e Capina	Classe IIIB - Não perigoso/ Inerte	142 toneladas	226 toneladas	Aterro Inerte/Compostagem/Reciclagem
Resíduos Recicláveis (papel, plástico, vidro, metal)	Classe IIIB - Não perigoso/ Inerte	28 toneladas	15 toneladas	Cooperativa de reciclagem

Em 2021 a redução de resíduo chegou a **60%** comparado a 2020.

O objetivo da gestão de resíduos sólidos na CBTU é destinar cada vez menos materiais para os aterros sanitários e também para aterros Classe I, optando cada vez mais por sistemas de logística reversa e também por meio do aprimoramento do sistema de coleta seletiva e recuperação energética

TIPO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS:



Para 2022 a expectativa é que os resíduos destinados a aterros sanitários chegue ao máximo de 40%.

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Os critérios de sustentabilidade também estão presentes nos processos de contratações de produtos e serviços da CBTU, previstos no Procedimento Ambiental nº 08 de 2013 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC.

CONFORMIDADE AMBIENTAL

Todas as unidades da CBTU encontram-se regulares junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF/APP – IBAMA e também têm trabalhado na regularização e atualização dos processos de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os Comitês de Sustentabilidade realizam ações como envio de informativos, campanhas, palestras e treinamentos com os empregados a fim de disseminar a cultura de sustentabilidade na Companhia.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO BALANÇO PATRIMONIAL 2021

	2021	2020
CIRCULANTE		
Disponibilidades - Nota 03	118.252.252,77	134.106.234,85
Contas a Receber - Nota 04	7.458.256,72	2.208.667,79
Adiantamento de Férias	2.448.920,05	2.504.608,74
Almoxarifados	49.020.073,44	43.593.439,83
	177.179.502,98	182.412.951,21
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais - Nota 05	207.670.897,63	218.851.166,44
Depósitos Especiais - Nota 06	-	279.329.172,79
Impostos a Recuperar - Nota 07	3.719.479,96	2.429.175,63
	211.390.377,59	500.609.514,86
IMOBILIZADO - Nota 08	2.457.086.347,15	2.488.535.819,20
DIFERIDO	-	145.955,14
INTANGÍVEL - Nota 09	5.350.465,99	5.362.830,79
	2.462.436.813,14	2.494.044.605,13
	2.673.827.190,73	2.994.654.119,99
EFEITOS INFLACIONÁRIOS		
Contas Zeradas		
TOTAL DO ATIVO	2.851.006.693,71	3.177.067.071,20

PASSIVO BALANÇO PATRIMONIAL 2021

	2021	2020
CIRCULANTE		
Fornecedores e Empreiteiros	3.238.836,61	4.234.373,85
Encargos de Financiamentos	-	5.840.945,29
Provisão para Férias	39.536.326,66	40.541.584,30
Provisão para Contingências - Nota 10	553.169.444,36	196.474.179,60
Salários a Pagar	30.762.689,12	29.590.488,39
Depósitos e Consignações	6.616.542,25	6.892.420,50
Recursos Fiscais e Previdenciários	2.040.201,99	5.229.897,93
Obrigações a Pagar	5.735.325,59	11.114.859,77
Fundação REFER	325.875.164,30	-
	966.974.530,88	299.918.749,63
NÃO CIRCULANTE		
Financiamentos - Nota 11	-	290.800.817,00
Provisão para Contingências - Nota 10	164.342.985,59	2.873.089.750,93
Receita Diferida - Nota 12	1.519.999,25	1.709.999,25
Recursos para Aumento de Capital - Nota 13	9.141.987,25	8.768.535,10
Fundação REFER	2.876.356.882,20	-
	3.051.361.854,29	3.174.369.102,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 14		
Capital Social Realizado	6.596.610.451,60	6.597.727.164,67
Reserva de Reavaliação de Bens	1.677.495,22	2.172.262,42
Recursos para Aumento de Capital	89.505.541,89	55.910.351,63
Prejuízos Acumulados	(7.855.123.180,17)	(6.953.030.559,43)
	(1.167.329.691,46)	(297.220.780,71)
TOTAL DO PASSIVO	2.851.006.693,71	3.177.067.071,20

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DRE BALANÇO PATRIMONIAL 2021

	2021	2020
RECEITA BRUTA - Nota 15		
Transportes Ferroviários	158.056.014,37	129.254.403,28
Aluguéis e Arrendamentos	8.647.295,05	5.061.424,16
	166.703.309,42	134.315.827,44
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes / Serviços	(1.014.824,81)	(619.044,17)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	165.688.484,61	133.696.783,27
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 16	(732.256.491,67)	(731.714.576,22)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(566.568.007,06)	(598.017.792,95)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas	(136.447.369,02)	(157.445.184,71)
Depreciações e Amortizações	(76.163.539,74)	(88.763.910,83)
Sentenças Judiciais	(253.898.994,74)	(271.169.888,03)
Provisões Diversas	(252.276.154,96)	263.942.697,92
Provisão ao Valor Recuperável de Bens	-	(80.311.858,94)
Reversão de Receitas Diferidas	190.000,00	190.000,00
Reversão de Penhoras (REFER)	-	(268.698.835,69)
	(718.596.058,46)	(602.256.980,28)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(1.285.164.065,52)	(1.200.274.773,23)
Subvenções para Custeio - Nota 17	1.270.560.863,46	1.051.761.613,86
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(14.603.202,06)	(148.513.159,37)
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18		
Receita Financeira	2.770.140,17	75.702.743,74
Despesa Financeira	(888.771.201,74)	(372.486.155,52)
	(886.001.061,57)	(296.783.411,78)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(900.604.263,63)	(445.296.571,15)
Resultado da Baixa de Bens	(1.837.169,31)	(5.452.078,93)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441.432,94)	(450.748.650,08)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO BALANÇO PATRIMONIAL 2021

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(902.441.432,94)	(450.748.650,08)
AJUSTES POR:	892.981.057,42	193.719.838,34
Variação Cambial e Monetária	28.305.182,19	(8.049.959,36)
Depreciações e Amortizações	76.163.539,74	88.763.910,83
Encargos - REFER	885.140.844,56	280.532.948,87
Baixa de Bens	1.837.169,31	5.452.078,93
Reversão de Receitas e Reservas	(190.000,00)	(190.000,00)
Provisão para Contingências	252.276.154,96	(263.942.697,92)
Ajuste do Imobilizado	-	80.311.858,94
Baixa do Diferido	(145.955,00)	-
Amortização da REFER	(338.841.865,24)	-
Baixa Depósitos Especiais	279.329.172,79	-
Baixa Financiamentos	(290.800.817,00)	-
Redução do Capital Social (Cisão BH)	1.116.713,07	-
Créditos a Recuperar	(1.209.081,96)	10.841.698,05
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS	559.734,96	279.505.146,79
Contas a Receber	(5.249.588,93)	354.703,61
Almoxarifados	(5.426.633,61)	(3.692.134,37)
Depósitos Judiciais	11.180.268,81	283.032.652,54
Adiantamentos de Férias	55.688,69	(190.074,99)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE PASSIVOS	15.514.647,81	3.347.699,06
Fornecedores e Empreiteiros	995.537,24	4.836.687,49
Encargos de Financiamentos	5.840.945,29	(1.064.912,43)
Provisão para Férias	1.005.257,64	(1.496.580,48)
Outras Contas a Pagar	7.672.907,64	1.072.504,48
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(24.415.288,37)	19.128.635,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(25.033.883,97)	(21.030.286,26)
Aquisição de Imobilizado	(25.033.883,97)	(20.986.451,26)
Aquisição de Intangível	-	(43.835,00)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	33.595.190,26	18.122.558,15
Recursos para Aumento de Capital	33.595.190,26	18.122.558,15
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	(15.853.982,08)	16.220.907,88
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(15.853.982,08)	16.220.907,88
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	134.106.234,85	117.885.326,97
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	118.252.252,77	134.106.234,85

MUTAÇÕES PL 2021

	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	RECURSOS ESPECIAIS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PARA AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6.597.727.164,67	-	2.667.029,62	(6.502.776.676,55)	37.787.793,48	1.250.878.377,86
Aumento do Capital Social						-
Realização de Reservas			(494.767,20)	494.767,20		-
Recursos para Aumento de Capital					18.122.558,15	18.122.558,15
Ajustes de Exercícios Anteriores						-
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(450.748.650,08)		(450.748.650,08)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	6.597.727.164,67	-	2.172.262,42	(6.953.030.559,43)	55.910.351,63	(297.220.780,71)
Redução do Capital Social - (Cisão BH)	(1.116.713,07)					(1.116.713,07)
Realização de Reservas			(494.767,20)	494.767,20		-
Recursos para Aumento de Capital					33.595.190,26	33.595.190,26
Ajustes de Exercícios Anteriores				(145.955,00)		(145.955,00)
Lucro (Prejuízo) do Exercício				(902.441.432,94)		(902.441.432,94)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	6.596.610.451,60	-	1.677.495,22	(7.855.123.180,17)	89.505.541,89	(1.167.329.691,46)

DEM RES ABRANG 2021

	2021	2020
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441.432,94)	(450.748.650,08)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(902.441.432,94)	(450.748.650,08)

DESCRÍÇÃO	2021	2020
Receita de Prestação de Serviços	158.056.014,37	129.254.403,28
Receita de Aluguéis, Arrendamentos e Concessões	8.647.295,05	5.061.424,16
Outras Receitas e Despesas (Líquidas)	190.000,00	190.000,00
Provisões Trabalhistas e Cíveis	(506.175.149,70)	(7.227.190,11)
	(339.281.840,28)	127.278.637,33
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais Consumidos	24.864.490,85	16.828.280,49
Energia, Serv.de Terceiros, Outras Desp.Operacionais	215.727.403,14	251.867.452,74
Perda na Realização de Ativos	1.837.169,31	354.462.773,56
	242.429.063,30	623.158.506,79
VALOR ADICIONADO BRUTO	(581.710.903,58)	(495.879.869,46)
Depreciação e Amortização	(76.163.539,74)	(88.763.910,83)
	(76.163.539,74)	(88.763.910,83)
VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZ. PELA ENTIDADE	(657.874.443,32)	(584.643.780,29)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	1.270.560.863,46	1.051.761.613,86
Receitas financeiras	2.770.140,17	75.702.743,74
	1.273.331.003,63	1.127.464.357,60
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	615.456.560,31	542.820.577,31
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	615.456.560,31	542.820.577,31
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	435.251.521,09	462.000.626,64
Benefícios	84.313.394,51	80.290.343,49
FGTS	37.389.759,53	36.026.877,81
	556.954.675,13	578.317.847,94
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	71.880.987,10	42.553.984,50
Estaduais	144.539,13	162.389,92
Municipais	146.590,15	48.849,51
	72.172.116,38	42.765.223,93
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	888.397.749,59	372.258.705,02
	888.397.749,59	372.258.705,02
Juros sobre adiantamento de capital	373.452,15	227.450,50
RESULTADO RETIDO	(902.441.432,94)	(450.748.650,08)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objetivo:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em consonância com o Plano Nacional de Viação e, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de pessoas, por trem de superfície nas Regiões Metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de transporte ferroviário urbano e suburbano;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte ferroviário metropolitano e urbano, de pessoas; e

e) a execução de atividades conexas que lhe permitam melhor atender seu objeto social.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidam metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT`s como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou Patrimônio Líquido negativo conforme descrito na Nota 14 – Patrimônio Líquido.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 11 de março de 2022.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a "moeda funcional", que é também a moeda corrente nacional - denominada Real.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As notas explicativas 8b, 10, 22 e 23 se inserem nesse contexto.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente ao descrito acima, as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

I. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência de exercícios para registro das operações.

II. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

III. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço, conforme CPC 38 e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil - BACEN nº 3284 de 25/05/2005.

IV. Almoxarifados

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2022 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o CPC 16.

V. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- Amortização do ativo diferido pelo método linear, à taxa de 10% ao ano;
- A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 26/01/2022, não identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis, bem como da necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação.

VI. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios pós empregos.

VII. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I. Ativos e passivos contingenciais

Um passivo ou ativo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um passivo ou ativo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os passivos e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

II. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

VIII. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

IX. Determinação do Valor Justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

X. Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016 e regramento da CVM, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 03 - DISPONIBILIDADE

Compõe este grupo os valores em Caixa, Valores em Trânsito oriundos da arrecadação, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e a Conta Única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU. A rentabilidade líquida das aplicações no exercício foi de 2,6683% (2020 – 3,8235%).

COMPOSIÇÃO DO SALDO – VALORES EM R\$ MIL:

	Dez/2021	Dez/2020
Caixa	80	74
Conta Única do Tesouro Nacional	44.732	68.337
Valores em Trânsito	3.491	7.904
Aplicações Financeiras	69.949	7.904
	118.252	134.106

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

RFFSA – trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no primeiro trimestre a discussão com as demais áreas envolvidas (MDR, Ministério da Economia e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN).

Créditos em Liquidação – nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na participação tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foi protocolada também Representação contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife em cobrança judicial, a CBTU considerando os preceitos do CPC-01, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

COMPOSIÇÃO DO SALDO – VALORES EM R\$ MIL:

	Dez/2021	Dez/2020
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	2.238	1.780
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	698	546
Créditos em Liquidação	99.447	99.132
OUTRAS	506	455
	117.757	116.781
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.299)	(114.572)
Total	7.458	2.209

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

a) **Penhoras Judiciais** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente nas Superintendências de Trens Urbanos – STU's Recife e Belo Horizonte.

Até o exercício de 2019 os valores relativos as Penhoras Judiciais eram classificadas no Ativo Circulante, pelo entendimento que na sua forma, seriam valores reversíveis em até 365 dias, seja pela recuperação, em caso de vitória, ou seja pelo pagamento da sentença pela União, em caso de derrota. No caso da CBTU, a maturação dos processos que envolvem penhoras, ultrapassava esse período, podendo chegar a dois anos. Todo o saldo foi reclassificado para o Passivo Não Circulante, de forma aderente em sua essência, ao que preconiza o CPC 26.

No exercício de 2020, os valores das penhoras para a REFER, no montante de R\$ 268.699, foram baixados contra o resultado, considerando o seguinte:

- Que o entendimento mudou, a partir da declaração da Advocacia Geral da União – AGU que o mérito era incontroverso;
- Que as tratativas do acordo chancelado pela AGU se dão pelo equacionamento do déficit atuarial e que o acordo não prevê nenhuma compensação pelos valores já pagos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2021, a situação das Penhoras Judiciais da Empresa pode ser resumida como segue – **valores em R\$ mil:**

	Dez 2021				Dez 2020			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	86.652	6.056	225	92.933	253.371	116.739	5.792	375.902
Penhoras do Período	40.986	397	-	41.383	33.342	499	80	33.921
Recuperação de Penhoras	(56.070)	(281)	-	(56.351)	(40.710)	(5.649)	(1.832)	(48.191)
Reversão de Penhoras REFER	-	-	-	-	(159.351)	(105.533)	(3.815)	(268.699)
Saldo do Exercício	71.568	6.172	225	77.965	86.652	6.056	225	92.933

b) Depósitos Judiciais – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença; depósitos judiciais cíveis, que são para garantia do juízo até a solução final da ação.

Para a apuração e levantamento dos Depósitos Judiciais, a CBTU firmou, em novembro de 2021, convênio com a Caixa Econômica Federal e, em março de 2022, com o Banco do Brasil. A execução do trabalho se dará ao longo de 2022.

COMPOSIÇÃO DO SALDO – VALORES EM R\$ MIL:

	Dez/2021	Dez/2020
Saldo do Exercício Anterior	125.918	126.107
Adições	6.606	45.631
Baixas	2.818	45.820
Saldo do Exercício	129.706	125.918

NOTA 06 – DEPÓSITOS ESPECIAIS

Refere-se a depósito caucionado no Banco do Brasil, cuja origem foi o processo de renegociação da dívida externa pela União em 1993.

O objetivo do depósito é servir de garantia para amortizações da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, do período de 2015 a 2024, quando serão liquidadas. A dívida está consignada no passivo não circulante, na rubrica de financiamento interno. Nota 11 – Financiamentos.

O valor é atualizado pela variação do dólar americano e remunerado pela variação média do bônus de zero cupom do tesouro dos Estados Unidos da América.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 09 de abril de 2021 a CBTU quitou antecipadamente a dívida de financiamentos de R\$ 315.434 mil, utilizando o saldo dos depósitos especiais caucionados no Banco do Brasil de R\$ 302.730 mil e recursos do orçamento do exercício de R\$ 12.704 mil. A fundamentação da quitação foi a economicidade, uma vez que deixaremos de pagar juros e encargos da dívida de 2023 e 2024 de aproximadamente R\$ 46.517 mil.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

NOTA 08 - IMOBILIZADO:

a) Composição do saldo - valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	DEZ/2021	DEZ/2020
Terrenos	-	364.088	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	649.646	648.034
Instalações	2,00 a 3,33	848.137	841.737
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	1.150.063	1.157.556
Veículos	20	12.058	12.158
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	72.286	74.973
Outras Imobilizações Tangíveis	10	44.051	36.983
Imobilizações em Andamento	-	903.618	1.566.467
Correção Monetária - Lei 8.200/91	Diversas	452.281	452.317
		4.496.228	5.155.429
Depreciações Acumuladas		(1.456.056)	(1.380.390)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(583.086)	(1.286.503)
	Total:	2.457.086	2.488.536

COMPOSIÇÃO DO SALDO - VALORES EM R\$ MIL:

	Dez/2021	Dez/2020
Saldo do Exercício Anterior	2.488.536	2.641.518
Adições	46.551	20.987
Baixas	1.837	5.441
Depreciações	76.164	88.216
Ajustes	-	80.312
Saldo do Exercício	2.457.086	2.488.536

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações nas STU's Belo Horizonte e Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento nos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

Neste exercício a CBTU reverteu o montante de R\$ 703.417 mil da Provisão ao Valor Recuperável, pela estimativa de desvalorização em função do tempo, sendo utilizado como parâmetro as taxas de depreciação dos investimentos, face as tratativas com a Central Logística e CPTM, de modo a demonstrar de forma a demonstrar seu valor atual para efeito das cisões.

As imobilizações em andamento podem ser demonstradas como segue – valores em R\$ mil:

	DEZ/2021	DEZ/2020
Sistema de Belo Horizonte	73.508	68.111
Sistema de Recife	183.376	139.321
Sistema do Rio de Janeiro	272.684	651.803
Sistema de São Paulo	230.090	554.388
Outras Obras	143.960	152.844
Subtotal:	903.618	1.566.467
Correção Monetária - Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(583.086)	(1.286.503)
Total:	353.342	312.774

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

Composição do saldo – valores em R\$ mil:

	Dez/2021	Dez/2020
Saldo do Exercício Anterior	5.363	5.330
Adições	-	55
Amortizações	12	22
Saldo do Exercício	5.351	5.363

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e pronunciamento nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2021 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Das ações de natureza trabalhista, 827 foram classificadas como prováveis e 1.204 como possíveis. Das ações de natureza cível, 457 foram classificadas como prováveis e 731 como possíveis. Das ações de natureza tributária, 186 foram classificadas como prováveis e 61 como possíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extra, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

As dívidas classificadas como provável e possível com a Fundação REFER, não integram mais os riscos fiscais, uma vez que no dia 19 de abril de 2021 fora homologado em juízo, nos autos do processo nº 0009659-44.2012.4.02.5101 da 22ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, o acordo definitivo, no qual a CBTU comprometeu-se a pagar à REFER de forma parcelada.

Nas ações trabalhistas que foram classificadas como prováveis, estima-se o pagamento de R\$ 102.530.769,88 nos próximos 12 meses.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

A variação no exercício é devido ao provisionamento do valor de R\$ 325.187 mil do processo nº 0292185-80.2014.8.19.0001, movido pela empresa Ferreira Guedes, decorrente de atrasos de pagamentos de 1979 a 1990. O processo está em curso, com apresentação do cálculo do perito judicial, motivo pelo qual provisionamos o valor apresentado de forma conservadora, apesar de não concordarmos e estarmos questionando tanto o mérito quanto os cálculos, sem ainda ter decisão definitiva.

As ações de natureza tributária tratam de execuções fiscais e tributárias referentes a impostos, taxas e contribuições.

Para o cumprimento das ações cíveis e tributárias classificadas como prováveis, a estimativa é que seja pago nos próximos 12 meses o valor de R\$ 440.882.496,40 e R\$ 9.756.178,08, respectivamente.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

COMPOSIÇÃO DO SALDO – VALORES EM R\$ MIL:

PROVÁVEIS	CÍVEIS	TRABALHISTAS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	172.785	2.755.147	141.632	3.069.564
Pagamentos de Sentenças	(25.485)	(148.462)	(79.952)	(253.899)
Reversão de Provisão	(147.300)	49.248	(61.680)	(159.732)
Provisão do Exercício	513.080	140.461	63.971	717.512
REFER	-	(2.655.933)	-	(2.655.933)
Saldo em 31/12/2021	513.080	140.461	63.971	717.512

COMPOSIÇÃO DO SALDO – VALORES EM R\$ MIL:

POSSÍVEIS	DEZ/2021	DEZ/2020
Trabalhistas	302.343	263.897
Cíveis	76.877	77.494
REFER	-	1.867.871
Tributários	54.308	8.608
Total:	433.528	2.217.870

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 11 - FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram obtidos pela RFFSA, na década de 1980, para ampliação e melhoramento das instalações e equipamentos do ativo imobilizado dos Sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

As parcelas de amortização do principal, bem como as despesas de juros e outras decorrentes dos financiamentos, são totalmente cobertas pela União, mediante subvenções.

As taxas de juros anuais aplicadas aos financiamentos variam de 5,8% a 8%, com vencimentos programados até o ano de 2024. Os financiamentos são corrigidos pela variação do Dólar Americano.

As parcelas de amortização estão suspensas desde 2015, conforme previsto em contrato, que estabelece o pagamento do total do financiamento em 2024 utilizando os recursos caucionados no Banco do Brasil, consignados no Ativo não Circulante, conforme **Nota 06 - Depósitos Especiais**.

Em 09 de abril de 2021 a CBTU quitou antecipadamente a dívida de financiamentos de R\$ 315.434 mil, utilizando o saldo dos depósitos especiais caucionados no Banco do Brasil de R\$ 302.730 mil e recursos do orçamento do exercício de R\$ 12.704 mil. A fundamentação da quitação foi a economicidade, uma vez que deixaremos de pagar juros e encargos da dívida de 2023 e 2024 de aproximadamente R\$ 46.517 mil.

NOTA 12 - RECEITA DIFERIDA

Refere-se a contrato de locação para utilização de áreas de domínio da CBTU, que consiste basicamente na implantação de sistema cabo ótico destinado a serviço de telecomunicação.

O presente contrato vigerá pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de dezembro de 1999, com a realização da receita no valor mensal de R\$15,9 mil.

NOTA 13 - RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto N° 2.673 de 16 de julho de 1998.

No exercício, permanece ainda o valor de R\$ 9.142 mil (2020 – R\$ 8.768 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembleia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.765.885 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União, sendo R\$ 6.596.610 mil.

Em 19/11/2021, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pela cisão parcial de dois terrenos da STU Belo Horizonte para a empresa Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A - VD MG, resultando na redução de 3.155.886.260 ações, e R\$ 1.117 mil.

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no CPC 13, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas. Patrimônio Líquido Negativo

Neste exercício, a CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 1.167.330 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

NOTA 15 – RECEITA BRUTA

A variação da receita bruta em 2021 e 2020 está diretamente relacionada com a pandemia da COVID-19, conforme descrito na Nota 22 – COVID-19 Impactos.

	DEZ/2021	DEZ/2020
RECEITA BRUTA		
Transportes Ferroviários	158.056	129.254
Aluguéis e Arrendamentos	8.647	5.061
Total:	166.703	134.315

NOTA 16 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados – valores em R\$ mil:

	DEZ/2021	DEZ/2020
Pessoal, Encargos e Benefícios	527.348	541.035
Concessionárias	55.588	52.428
Serviços de Terceiros	124.613	121.540
Materiais	24.707	16.712
Total:	732.256	731.715

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Corresponde a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

COMPOSIÇÃO DAS SUBVENÇÕES RECEBIDAS – VALORES EM R\$ MIL:

	DEZ/2021	DEZ/2020
Pessoal, Encargos e Benefícios	629.531	625.884
Despesas Decorrentes de Sentenças	569.818	144.212
Custeio	53.764	267.663
Juros e Encargos da Dívida	17.448	14.003
Total:	1.270.561	1.051.762

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras – valores em R\$ mil:

RECEITAS FINACEIRAS	DEZ/2021	DEZ/2020
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	81	119
Variação Cambial de Depósitos Especiais	951	73.406
Juros de Aplicações Financeiras	1.692	2.046
Outras	46	132
TOTAL	2.770	75.703
DESPESAS FINACEIRAS	Dez/2021	Dez/2020
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	885.141	280.533
Variação Cambial e Encargos de Financiamentos	1.798	80.460
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	373	228
Baixa de Tributos a Recuperar	-	11.254
Outras	1.459	11
TOTAL	888.771	372.486
TOTAL	(886.001)	(296.783)

NOTA 19 – INDÍCES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	DEZ/2021	VAR %	DEZ/2020
LIQUIDEZ CORRENTE	0,18	(70,49)	0,61
LIQUIDEZ GERAL	0,10	(50,00)	0,20
ENDIVIDAMENTO	126,48	15,65	109,36
SOLVENCIA GERAL	0,79	(13,19)	0,91
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,29)	222,22	(0,09)
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(213,18)	(74,54)	(837,27)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no pronunciamento técnico CPC 05 - divulgação sobre partes relacionadas, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação. As transações da CBTU em dezembro de 2021 e em 2020 foram as seguintes:

a) Composição das Partes Relacionadas - valores em R\$ mil:

PARTES RELACIONADAS	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO DEZ/2021	VALOR PAGO DEZ/2020
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	2.262	438	122
DATAPREV	287	302	77
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	280	5	1
IMPRESNA NACIONAL	281	107	8
PETROBRÁS	26.706	11.222	3.452

PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	PARTES RELACIONADAS
ANDRE MARINHO DE SOUZA FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
ANDREA MARIA RAMOS LEONEL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
BERNARDO SOUZA BARBOSA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CBTU
CLÁUDIO XAVIER SERFELDER FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
JAIME LEONCIO SINGER	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
JOSÉ MARQUES DE LIMA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE - CBTU
MANOEL RENATO MACHADO FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
WELERSON CAVALIERI	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDEPENDENTE
PEDRO AUGUSTO CUNTO DE ALMEIDA MACHADO	DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU
RODRIGO CARVALHO RIBEIRO DANTAS	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - CBTU
SÉRGIO SAMPAIO SESSIM	DIRETOR TÉCNICO - CBTU
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO	GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes. De todo modo, todas as hipóteses envolvidas no cálculo atuarial e apresentadas neste tópico, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Legenda:

(1) O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

(2) A hipótese de crescimento salarial foi indicada pela Patrocinadora, considerando a sua expectativa futura de reajustes salariais.

(3) A hipótese de rotatividade foi indicada pela Patrocinadora considerando sua expectativa futura de desligamentos dos Participantes do Plano. De forma conservadora, estamos considerando que 100% dos Participantes optam pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido na data do término do vínculo empregatício.

(4) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias. O fator de 98% indica que, em média, os benefícios perdem 2% do seu valor entre duas datas de reajuste, que seria a situação verificada com uma inflação anual compreendida no intervalo de 3,4% a 5,7% e reajustes anuais para reposição dessa inflação.

(5) Aplicável a todos os Participantes Ativos e Assistidos, tendo em vista que a composição familiar dos mesmos não foi disponibilizada pela REFER.

Segue o demonstrativo das Hipóteses Atuariais:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2021	31/12/2020	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuariais do Plano (1)	4,75% ao ano	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido nos regulamentos dos planos.
Crescimento Real de Salário (1)(2)	2,00% ao ano	2,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial da patrocinadora do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários(3)	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade (1)	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da Entidade verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS (3)	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade (4)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Reflete as taxas de desligamento da patrocinadora, por causas diferentes de morte, invalidez ou aposentadoria, inclusive daqueles que se desligam do plano sem se desligarem da patrocinadora.
Tábua de Mortalidade	AT-83	AT-83	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invaleza	Lighth Média	Lighth Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses (5)			
Percentual de casados	90%	90%	Projeta o perfil familiar dos participantes.
Diferença de idade entre homem e mulher	4 anos	4 anos	Projeta o perfil familiar dos participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES DO PLANO	Dez/2021	Dez/2020
Participantes (*)	2.055	2.103
Assistidos (**)	967	1.035
Beneficiários	499	467
Total:	3.521	3.605

Obs.:

(*) O quantitativo de Participantes abrange os participantes Ativos, Auto patrocinados e Vinculados (BPD).

(**) O quantitativo de Assistidos abrange as Aposentadoria Programadas, Não Programadas (Invalidez e Incapacidade Vitalícia) e Auxílios (Doença, Reclusão e Incapacidade Temporária).

Em 19 de abril de 2021, foi homologado o acordo para pagamento da dívida da CBTU com a REFER.

O acordo, no valor será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC. O acordo resolve o déficit anteriormente existente nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 325.875 mil no passivo circulante e R\$ 2.876.357 mil no passivo não circulante, conforme demonstrado abaixo:

SALDO EM DEZ 2020	JUROS E ENCARGOS	AMORTIZAÇÕES ANTES DO ACORDO	APÓS O ACORDO	SALDO EM DEZ 2021
2.655.933	885.141	23.341	315.501	3.202.232

De acordo com as informações mais atualizadas da REFER o plano apresentou superávit de R\$ 130.518 mil em 31/12/2021, não havendo necessidade de provisionamento de eventual plano de equacionamento.

NOTA 21 – REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

O Plano de Cargos e Salários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos dirigentes e empregados.

No exercício de 2021 a maior e a menor remuneração mensal pagas aos empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$ 41.745,91 e R\$ 1.742,67 respectivamente. Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 22.352,89 e R\$ 9.686,25, respectivamente. A remuneração média paga aos empregados foi de R\$ R\$ 7.168,07 e aos dirigentes foi de R\$ 19.186,23.

Cabe ressaltar que todo salário acima do teto constitucional de R\$ 39.200,00 sofre corte até este valor.

NOTA 22 – COVID-19 IMPACTOS

Desde o início da pandemia, a Administração tomou as ações que acompanham e estão alinhadas às diretrizes e orientações emanadas dos órgãos centrais do Governo Federal, que lideram o processo de gestão dessa crise. Continuamos sob os efeitos da COVID-19, entretanto na média a receita tende a estabilização, sem sinais de recuperação mais acentuada, não sendo possível estabelecer parâmetros do que ainda é impacto da COVID-19 e o que já é uma mudança estrutural da economia, como estudo e trabalho remoto, alto desemprego entre outras, o que dificulta definir qual seria o patamar normal de operação.

Todo esse cenário só não afetou a operação e administração da empresa devido a CBTU ser uma empresa dependente da União e do atendimento por parte do Tesouro da reversão da fonte de recursos próprios para a fonte de recursos do Tesouro, que em 2021 foi de R\$ 56.243 mil (2020 – R\$ 81.162 mil).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 23 – PROGRAM NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

A reestruturação societária está em curso, devendo ser finalizada até julho de 2022, o que implicará na alteração da estrutura societária da CBTU de matriz e filiais para uma Holding, no caso da Administração Central, com 5 subsidiárias integrais.

COORDENAÇÃO EDITORIAL E DE CONTEÚDO

MARIANA FERNANDES - GEPLA

SILVANIA FURTADO - GAPLO

REVISÃO

JONATHAN COSTA - GAPLO

EDITORAÇÃO

CONRADO PORTELLA - GECIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

ANDRÉ HOZUMI - GECIN

SIGLÁRIO

ACP AÇÃO CIVIL PÚBLICA	CCO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL	CPTM COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS
AECI ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	CECBTU COMISSÃO DE ÉTICA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CTS COMPANHIA DE TRENS DE SALVADOR
AGR AVALIAÇÃO GERAL DE RISCO	CENTRAL COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	DMLP DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO
AGU ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE
BACEN BANCO CENTRAL DO BRASIL	CGPAR COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO	ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BHTRANS EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	CGU CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	E-OUV SISTEMA DE OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
BIRD BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO	COAUD COMITÊ DE AUDITORIA	ERPS ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL)
BSC BALANCED SCORE CARD	CONAD CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FGTS FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
CADIN CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	CONAMA CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	FLUMITRENS COMPANHIA FLUMINENSE DE TRENS URBANOS
CAES CONSUMO SUSTENTÁVEL DE ÁGUA E ENERGIA	CONF CONSELHO FISCAL DA CBTU	GAJUR GERÊNCIA GERAL - JURÍDICA
CBTU COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CPC COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	
CCAF CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL		

GECIN GERÊNCIA TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	IPS INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA	PDTIC-SISP PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
GEDES GERÊNCIA TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	LED LIGHT EMITTING DIODE (DIODO EMISSOR DE LUZ)	PDV PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO
GETIN GERÊNCIA TÉCNICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	LOA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	PETIC PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
GHC GREEN HOUSE GASES PROTOCOL	MDU MÉDIA DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR DIA ÚTIL TÍPICO	PLOA PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ICPC-10 INTERPRETAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO INICIAL AO ATIVO IMOBILIZADO E À PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CPCS 27, 28, 37 E 43	METROFOR METRÔ DE FORTALEZA	PND PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO
IGSEST INDICADOR DE GOVERNANÇA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS	NBC NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	PGRS PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
INPC ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR	NR7 NORMA REGULAMENTADORA 7	PGU PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	NUP NÚMERO ÚNICO DE PROTOCOLO	POSIC POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
INTOSAI GOV GUIDELINES FOR INTERNAL CONTROL STANDARDS FOR THE PUBLIC SECTOR (DIRETRIZES PARA NORMAS DE CONTROLE INTERNO PARA O SETOR PÚBLICO)	PAD PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	RAINT RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
	PADRÃO DMR DIGITAL MOBILE RADIO (RÁDIO DIGITAL MÓVEL)	REFER FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL
	PAT PROGRAMA DE AMPARO AO TRABALHADOR	RFFSA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A
	PDTIC PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	

SIGLÁRIO

RH RECURSOS HUMANOS	SISP SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TIC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
RILC REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	STU-BH SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE	TRF TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
RIOTRILHOS COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	STU-JP SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA	TUE TREM DE UNIDADE ELÉTRICA
SEI SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES	STU-NATAL SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL	UAIG UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
SELIC SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA	STU-REC SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE	UMAPAT UNIFICAÇÃO DO MAPEAMENTO DAS AÇÕES TRABALHISTAS
SEST SECRETRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS	SUT-MAC SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ	VLT VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS
SIADS SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PATRIMONIAL	SWOT FORÇAS (STRENGTHS), FRAQUEZAS (WEAKNESSES), OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) E AMEAÇAS (THREATS)	
SICTE SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE E TRÁFEGO E ENERGIA E VÍDEO WALL DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL	TAC TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
SINAC SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	
SINVE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	TI TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
SPU SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO		